



Didier Té

**A teoria como arma da luta:
unidade, luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

**Redenção
2016**

Didier Té

**A teoria como arma da luta:
unidade, luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 27 de abril de 2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof.^a Dr.^a Artemisa Odila Candé Monteiro
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

**Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

T245t Té, Didier.

A teoria como arma da luta: unidade, luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral. / Didier Té. – Redenção, 2016.

77 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.
Inclui Figuras e Referências.

1. Cabral, Almicar 1921 - 1973. 2. Guiné-Bissau - Luta armada. I. Título.

CDD 966.57

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus ancestrais, dos quais devo muito a proteção, a inspiração, a energia e a sabedoria na elaboração deste trabalho. Presto um sincero agradecimento aos meus pais, em especial minha mãe Maria da Graça da Silva Té, pela educação e pelos ensinamentos que me deu, de que tudo na vida tem o seu momento, basta um esforço, vontade, paciência e perseverança. E posso acreditar que hoje é o momento do meu trabalhado de conclusão de curso, do qual apresento para senhores. Meu agradecimento vai também para minhas irmãs Popinha Té e Vitória (Tóia) Té, e a todos que me apoiaram financeiramente na minha longa viagem de Guiné-Bissau para o Brasil, cujos nomes não cabe mencionar.

Dirijo meu agradecimento também para o meu amigo Fernando Binhafa, de quem apelido de “primo”, graças a sua bondade hoje estou podendo realizar o meu sonho aqui na Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Aqui não cabe registrar palavras de agradecimento de que gostaria de dirigir ao Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo, mesmo assim agradeço-lhe pela paciência e vontade demonstrada desde a primeira hora em orientar o meu trabalho durante o período de pouco mais de um ano e meio.

Aos meus amigos que aqui não cabe nomear todos eles, mas não poderia deixar de apontar alguns nomes como o de Ivanílson Monteiro, de quem gostaria de retribuir agradecimento, Manuel Naque e Barnabé Augusto Có, que compartilharam comigo horas a fio durante a noite na sala em casa na elaboração deste trabalho, sem esquecer de Abibatuto Djaló que tem me prestado sinceros encorajamentos.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir os conceitos de unidade e luta nos escritos de Amílcar Cabral, tendo como foco analítico suas formulações de unidade entre Guiné e Cabo Verde, dois países com uma longa história de relacionamento comum de luta, e o conceito da cultura. Para alcançar esse objetivo privilegiar-se-á um volume da coletânea póstuma de seus textos, *A arma da teoria*. Somando-se a isso, será feito um resumo da bibliografia com vistas a traçar um quadro de contextos históricos da Guiné-Bissau, que parte do período pré-colonial e vai até a luta de libertação para independência binacional, além de um panorama sobre a vida e a obra de Amílcar Cabral.

Palavras-chave:

Guiné-Bissau;

Amílcar Cabral;

luta armada;

unidade e luta;

cultura.

Abstract

The current work has as its main goal to debate the concepts of unity and struggle in the writings by Amílcar Cabral, presenting as an analytical focus his assertions on the unity between Guinea-Bissau and Cape Verde, two countries with a long shared history of struggles, as well as the concept of culture. In order to do this, the research will dwell upon a posthumous collection of his texts, *A arma da teoria. (The weapon of Theory)*. Besides that, an assessment of the scholarly bibliography will be attempted with aims at sketching the historical contexts in Guinea-Bissau, from the pre-colonial age to the binational liberation struggle, as well as a brief panorama of Amílcar Cabral's life and works.

Keywords:

Guinea-Bissau;
Amílcar Cabral;
armed struggle;
unity and struggle;
culture.

Lista de ilustrações

Mapa político e rodoviário da Guiné-Bissau, 2015.....	12
Amílcar Cabral, Boké, 1971.....	37
Guerrilheiro do PAIGC com arma.....	52
Guerrilheiros do PAIGC em formatura.....	61

Sumário

Introdução.....	8
1 A construção de uma Guiné portuguesa.....	11
1.1 Terras e gentes.....	11
1.2 Novidades que vêm da savana.....	14
1.3 Novidades que vêm do mar.....	16
1.4 Colonização e resistência.....	22
2 Da fundação do PAIGC à luta armada.....	36
2.1 O fundador.....	37
2.2 PAIGC e suas lutas.....	42
2.2.1 Luta urbana e mobilização política.....	44
2.2.2 Luta armada.....	48
3 Unidade e luta: combates no mato e na cultura.....	54
3.1 Fundamentos e objetivos.....	54
3.1.1 Unidade.....	55
3.1.2 Luta.....	61
3.2 A cultura para Amílcar Cabral.....	63
Considerações finais.....	69
Referências bibliográficas.....	71
Fontes.....	77

Introdução

Aquando do meu segundo trimestre, em 2013, na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), no curso de Bacharelado em Humanidades, tive oportunidade de cursar a disciplina denominada “Tópicos interculturais nos espaços lusófonos”, ministrada pelo Professor Dr. Edson Borges. No dia 22 de Novembro do mesmo ano, o Professor Dr. Borges, como de costume, na sua aula expositiva, fazia referência a obras de grandes autores, falando da importância e do compromisso político de cada uma delas, no contexto na qual foram criadas. No conjunto destas, aparecia a de Amílcar Cabral A arma da teoria (em que se pensava a teoria como arma da luta de libertação nacional), embora não se trate de uma obra acadêmica, mas sim de um conjunto de textos nos quais está organizado e concentrado o seu pensamento político. Nunca tinha imaginado que a obra de Amílcar Cabral despertava tamanho interesse nos estudos acadêmicos tal como foi comentado pelo professor Dr. Borges naquele dia.

Portanto, foi a partir desse dia que despertou em mim o interesse de voltar ao passado, em busca da história de Amílcar Cabral, teórico revolucionário e grande figura política reconhecido internacionalmente cujos pensamentos são poucos conhecidos na Guiné, país no qual fez a sua história, como disse o historiador Peter Karibe Mendy (2012).

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir os conceitos de unidade e luta nos escritos de Amílcar Cabral, tendo como foco analítico suas formulações de unidade entre Guiné e Cabo Verde, dois países com uma longa história de relacionamento comum de luta, e o conceito da cultura. Para alcançar esse objetivo privilegiar-se-á um volume da coletânea póstuma de seus textos, A arma da teoria. Somando-se a isso, será feito um resumo da bibliografia com vistas a traçar um quadro de contextos históricos da Guiné-Bissau, que parte do período pré-colonial e vai até a luta de libertação para independência binacional, além de um panorama sobre a vida e a obra de Amílcar Cabral.

O trabalho está constituído em três capítulos. No primeiro capítulo, trago a perspectiva geográfica da Guiné-Bissau e suas estruturas étnico sociais, e a sua história que remonta ao período pré-colonial, marcada pela invasão do povo mandinga no século XIII, que alterou a ordem política e social na região, primeiro através da anexação ao império do Mali da província de Gabú, e tornando-se independente deste a partir do século XVI, sob a hegemonia política mandinga, que teve o seu fim através do conflito político e ideológico com os fulas,

presentes na região a partir do século XV, que se traduziu na lendária guerra de Kansala. Sigo analisando a presença portuguesa na atual Guiné-Bissau, reduzida nos primeiros momentos aos entrepostos comerciais e marcada supostamente pelas relações amistosas e comerciais com o povo e a elite política local, que mais tarde, após a realização da Conferência de Berlim, se transformaram desesperadamente em conflitos movidos pela conquista e dominação que enfrentaram duras resistências locais. Para a dominação e ocupação, os portugueses tinham que desencadear as chamadas “campanhas de pacificação”, dirigidas pelo Capitão Teixeira Pinto contra as resistências das etnias da Guiné, iniciadas em 1913 e findadas após a submissão e cessação das resistências da etnia bijagós em 1936. Para as “campanhas de pacificação”, Teixeira Pinto utilizou a política de recrutamento local de auxiliares de guerra, copiada dos franceses e ingleses, que a utilizaram na conquista de suas colônias.

A partir de 1936 em diante, já se podia falar duma verdadeira colonização efetiva da Guiné-Bissau, reforçada pelas medidas legais e brutais com vistas à submissão e regulamentação da condição jurídica e social da população guineense. E ao contrário da França, que na década de 1950 renunciava à política de manter o domínio colonial sobre as suas colônias, (por meio de uso de métodos repressivos e violentos marcantes em 1940), recorrendo a negociações pacíficas e ao voto, os colonialistas portugueses, por seu lado, mantiveram uma política que se baseava na manutenção a todo custo de suas colônias. E no que tange o surgimento dos partidos políticos nas suas colônias de África, importa observar que isso apenas foi possível no final dos anos de 1950, mais tardia, tendo em conta a medida de contenção pautada na violência contra qualquer agitação anticolonialista (SURET-CANALE e ADU BOAHEN, 2010, p. 219-220).

Portanto, foi nesse contexto de década de 1950 que a vaga do nacionalismo guineense surgiu, influenciado acima de tudo pela evolução política no Senegal e na Guiné francesa (atual Guiné-Conakry) embora as organizações surgidas tinham tido um carácter incipiente, refletindo todas um dado idealismo (PEREIRA, 2003, p. 84 ver também AMADO, 2006, p. 1). Segundo Leopoldo Amado (2016), o retorno de Amílcar Cabral à Guiné-Bissau na década de 1950 teve um papel importante no que diz respeito ao impulsionamento das reivindicações nacionalistas.

No segundo capítulo, fiz uma breve apresentação biográfica de Amílcar Cabral no sentido de dar ao leitor a conhecer de quem se trata, procurando trazer o essencial em tudo que é da sua vida e da sua obra, esboçando assim um quadro geral a partir do que já foi produzido ao seu respeito. Trago também o debate sobre a fundação do Partido Africano para Independência de

Guiné e Cabo Verde (PAIGC), apontando a contradição que as pesquisas recentes trazem em relação a sua data de fundação e a sua paternidade no que concerne ao acontecimento do massacre de Pindjiguite. Além disso, faço uma abordagem minuciosa sobre processos de lutas desenvolvidas por este partido, começado a partir de suas lutas pacíficas nas zonas urbanas e mobilização política, tanto no plano nacional, quanto no plano de relações políticas internacionais, e, em seguida, sobre a luta armada desencadeada contra o colonialismo português, decidida em última instância após o esgotamento de possibilidades de alcançar a independência por meios pacíficos tal como acontecia em outras colônias vizinhas (Guiné-Conakry e Senegal). A luta armada lançada contra o colonialismo português teve o seu início no dia 23 de Janeiro de 1963, daí por diante teve os seus fracassos e vitórias, em mais partes, e, por fim, trouxe a independência de Guiné proclamada unilateralmente pela Assembleia Nacional Popular na sua primeira reunião, em 24 de Setembro de 1973, finalmente reconhecida pelo governo português em 26 de Agosto de 1974.

No terceiro capítulo, trago análise dos conceitos de “unidade” e “luta” e de “cultura”. Deixando claro que busco investigar a unidade e luta em relação a Guiné e Cabo Verde, não me interessa entender a maneira como os dois conceitos foram postos ou não na prática durante a luta armada de libertação. O que me interessa entender na verdade durante a minha análise são as formulações teóricas a partir das quais a unidade de Guiné e Cabo Verde foi costurada. A minha pesquisa é referente aos dois conceitos, não vai para além da análise do quadro da luta anticolonialista portuguesa. Assim, procuro entender também ao longo da minha análise a reformulação e significação que Amílcar Cabral fez do conceito de cultura.

1 A construção de uma Guiné portuguesa

1.1 Terras e gentes

A República da Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental da África, é formada por uma parte continental e outra insular, ocupando uma área de 36.125 km². A superfície habitável é de apenas 24.800 km², tendo em conta as terras cobertas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento provocado pelas chuvas regulares e periódicas. Faz fronteira com a República do Senegal, ao norte, com a República da Guiné-Conakry, a leste e ao sul; é banhada, em toda sua extensão ocidental, pelo Oceano Atlântico. Além da extensão da terra, “acrescenta-se ainda o arquipélago dos Bijagós”, contando “com mais de 80 ilhas, muitas delas desabitadas, de vegetação tropical densa”, isolado “do continente por diversos canais” (AUGEL, 2007, p. 49-50). O país, administrativamente, está dividido em oito regiões e um sector autónomo, a saber: regiões de Bafatá, de Biombo, de Bolama-Bijagós, de Cacheu, de Gabú, de Oio, de Quínara, e de Tombali. Bissau (capital) é o Sector Autónomo. Atualmente o país possui uma população de 1.530.673 habitantes, segundo os dados atualizados em 2015, pelo Instituto Nacional de Estatística Guiné-Bissau (INE, s.d.).



Ilustração 1. Mapa político e rodoviário da Guiné-Bissau, 2015.

Na Guiné-Bissau, não obstante a pequena extensão territorial, vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos que no seu todo apresentam uma rica diversidade linguística e cultural. O país conta com mais de trinta etnias; dentre esses, os cinco grandes grupos étnicos percentualmente mais numerosos são: balantas (27%), fulas (22%), mandingas (12%), manjacos (11%), e papeis (10%) (AUGEL, 2007, p. 76-77), localizados em diferentes regiões entre o litoral e o interior (CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 91), e apresentando formas de organização sociais distintas. Por questão de economia de tempo, não entraremos profundamente em detalhes sobre as formas distintas de estruturas sociais a que pertencem determinados grupos étnicos. Apesar disso, trataremos em síntese a descrição de estruturas sociais dos povos do litoral e do interior feita por Carlos Lopes (1987), na sua obra intitulada *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado*. Em seu primeiro capítulo, Lopes faz uma abordagem sucinta sobre as sociedades “horizontais” e “verticais”. Segundo ele,

Os grupos étnicos guineense, regidos por estruturas sociais de tipo horizontal, sem estratificação, são [...]: os Balantas e os sub-grupos desta etnia; os Banhuns, os Felupes e os Baiotes que se ligam aos Diolas; as Beafadas; e do grupo Brames /Manjacos/Papeis [...] os dois últimos estão na transição entre a sociedade sem classes e as classistas avançadas como os Bijagós, Fulas e Mandingas (LOPES, 1987, p. 22).

Portanto, importa destacar que são horizontais estas etnias que habitam do litoral da Guiné-Bissau, excetuando os fulas e mandingas habitantes do interior, cujas estruturas sociais são do tipo vertical (LOPES, 198, p. 27-30).

Antes das presenças mandinga no século XIV, fula e portuguesa a partir do século XV, esses povos já tinham habitado o território guineense. No século XIV, tinham sido integrados no império do Mali, ao qual tinham afiliado seus reinos ou organização dos chefes, reconhecendo a autoridade de chefe supremo do imperador (mansa) e sua corte. Tais reinos tinham sido formados por alguns clãs de guerreiros mandingas conquistadores de etnias locais (PAIGC, 1974, p. 58-66). Desenvolveremos esse assunto no ponto 1.2.

René Pélissier salienta que a área costeira da atual Guiné-Bissau desde o princípio tinha sido palco de refúgio de muitos povos recalcados por diferentes invasões, o que resultaria no mosaico étnico, marcado também pelas migrações internas e externa e de assimilações ou destruições que se registaram entre meados do século XIX e meados do século XX (PELLISSIER, 1989, p. 31).

Resumindo, vale destacar que a sociedade guineense atual é formada uma diversidade étnica, linguística, cultural e religiosa. Salientando que aquando da tentativa da dominação colonial portuguesa, uma boa parte dessas etnias guineenses resistiram contra a colonização, excepto uma pequena parte que interviria na conquista militar como colaboradores dos portugueses.

René Pélissier (1989) relata em resumo, na nota preliminar da sua obra, as táticas e atitudes de resistência executadas pelas determinadas etnias. Nesta, os chefes feudais dos fulas são apontados como bons auxiliares dos portugueses nas suas conquistas na Guiné-Bissau, ao contrário dos manjacos cuja hostilidade relativa à colonização seria essencialmente marítima por meio da pirataria. Os mandingas, após terem sido conquistados no Oio pelos portugueses aliados aos fulas, não apareciam verdadeiramente na resistência militar. Os papéis concentrados na ilha de Bissau em pequenos regulados zombarão, até 1915, de todos governantes e dos habitantes da principal praça comercial da atual Guiné-Bissau, e mostraram exemplo mais puro da sua resistência até quando foram dizimados pelos mercenários dos portugueses, entre os quais os fulas (PELLISSIER, 1989, v. 1, p. 30-35)

A Guiné contava também com um último grupo que era uma ameaça para o colonizador português. Não era étnico, mas social, chamado de grumetes, ou seja, africanos lusitanizados e cristianizados. Viviam nas feitorias portuguesas ou gravitavam nas suas periferias em função de marinheiros, de operários e de pequenos bufarinheiros negociando na sua etnia de origem”. Para mulheres, a ausência de brancas até uma época recente dispensa comentários quanto ao papel de algumas delas. O problema com eles é nunca se saber antecipadamente para que lados penderão em caso de conflito. Segundo o seu grau de integração, mesmo de mestiçagem, são, quer auxiliares corajosos e muito úteis aos portugueses contra os seus irmãos — ou primos — de raça, quer aliados destes últimos. (PÉLLISIER, 1989, v. 1, p. 36).

Aqui vale destacar que não se trata de fazer um juízo valorativo do papel das resistências dos grupos étnicos ou sociais da Guiné-Bissau. A nossa ambição não é nada mais que auxiliar o leitor no enquadramento histórico. Abordaremos no ponto 1.4, de modo mais desenvolvido, a resistência das etnias à dominação colonial portuguesa.

1.2 Novidades que vêm da savana

Segundo Peter Karibe Mendy (2012), o país atualmente conhecido como a Guiné-Bissau, situado entre o Senegal e Guiné-Conakry, era parte na sua íntegra do reino mandinga de Kaabú, que tinha durado setecentos anos e tinha começado como um Estado dependente do império de Mali, fundado pelo lendário rei guerreiro Mandinga, Sundiata Keita, no século XIII (MENDY, 2012, p. 16).

Entretanto vale recordar que durante o século XIII e XIV, o império de Mali tinha estendido o seu poderio a todo vale superior do rio Níger até Gao, a uma parte do Saara ao Bambuk e a toda região costeira compreendida entre o Senegal e rio Geba (PAIGC, 1974, p. 32).

E ainda nos meados do século XIII, guerreiros malinquês, dirigidos por Tiramakhan Traoré, general do imperador do Mali, tinham estabelecido no Kaabú que no passado veio a tornar-se uma província do império do Mali, dirigida por um governador (farim), designado entre os membros de famílias descendentes de Tiramakhan. O Kaabú não era o único Estado ou província mandinga no território costeiro. No nordeste, na margem direita do rio Geba, os mandingas tinham fundado dois reinos: de Oio e de Braço. Além do território da Guiné, havia também micro-reinos mandingas: os de Niumi ou Bara, Badibu, Niani, Wuli, Cantor entre outros, localizados no vale do rio Gâmbia (PAIGC, 1974, p. 54).

Segundo Mendy (2012), o Kaabu cuja capital se situava em Kansala, no interior da atual Guiné-Bissau. O Kaabu tornou-se independente do império do Mali a partir do século XVI, (LYL-TALL, 2010, p. 208). Com o passar do tempo, tinha-se tornado

um império por si só, com uma influência política que se estendia para o norte e para o leste, até a região de Casamance, no Senegal, e mais ao norte até Gâmbia; a influência também se estendia ao sul, para partes da moderna Guiné. O Kaabu desintegrou-se na segunda metade do século XIX, em decorrência de uma crise política doméstica e da crescente pressão externa de potências coloniais europeias aspirantes — os franceses na região de Casamance no Senegal e na Guiné, os britânicos em Gâmbia e os portugueses na Guiné-Bissau (MENDY, 2012, p. 16-17).

Sobre a desintegração do império de Kaabu, à qual Mendy se refere no parágrafo citado acima, Yves Person (2010) considera que além dos povos da zona costeira, os malinqués donos do império de Kaabu independente do Mali desde do século XVI, e os fulbes presentes nesse território desde século XV (embora não tivessem ainda fundado o Estado muçulmano do Fouta-Djalón, a não ser em 1727) eram dois povos importantes (PERSON, 2010, p. 749). Ele acrescenta ainda que:

O Kaabu dos malinke dificilmente manteve a sua influência até as margens ao Sul do Gâmbia, mas os seus antigos vassallos, os costeiros bainuk, estavam a caminho da ruína. Os foa (balanta), camponeses sem tradição de centralização política, destruiriam a capital dos bainuk em 1830 e a maior parte dos sobreviventes seria assimilada pelos malinkés ou pelos joola (diola), estes robustos rizicultores, tradicionalistas e “anarquistas”, que controlavam toda a zona costeira ao Norte. Ao Leste, os fulbes do Fouta-Dijalon dominavam os malinke até a Gâmbia (Kantora). No Kaabu e dependências, a maioria fulbe ganhou maiores proporções, tendo dificilmente suportado a sua posição subordinada (PERSON, 2010, p. 750).

Conforme Person,

a perturbação da antiga ordem começou em 1859, quando o Fouta-Dijalon e, particularmente, o grande alfaa-mo-Labe, Yaya Mawdo, iniciaram uma decisiva luta contra o Kaabu, cujo rei Yargi Sayon foi assassinado. O velho império entrou em colapso no ano 1867, na catarata de Kansala (situada na futura Guiné portuguesa), após o almaami Umara de Timbo ter se juntado ao alfaa-mo-Labe. Dentre os reinos malinke vassallos, o Brasu rapidamente sucumbiria frente a Alfaa Moolo, mas o Oio manteria a sua liberdade até a conquista portuguesa em 1905 (PERSON, 2010, p. 750).

Boubacar Barry (apud M’BOKOO, 2009), observa que o Fuuta Jallon abalada pelas guerras durante a primeira metade do século XVIII, devia por sua vez transformar-se num Estado teocrático submetida à sharia, por influência de ascetas e sábios muçulmanos, os marabus.

cujo objetivo principal era o de garantir a segurança da comunidade muçulmana (BARRY apud M'BOKOLO, 2009, p. 464).

Person destaca que a queda do Kaabu tinha tido consideráveis repercussões, uma vez que os fulbes tinham revoltado contra os seus mestres malinke até as margens do Gâmbia. Em 1869, Alfaa Moolo, personagem de origem obscura, tinha organizado o reino do Fuladugu, de Kolda a Velingara, rio acima a partir de Seeju. Ele tinha reconhecido vagamente a autonomia de Timbo, aplicando uma política de assimilação sistemática dos seus sujeitos. Até a sua morte, em 1881, este ex-muçulmano seria o grande obstáculo dos malinké (PERSON, 2010, p. 751).

Carlos Lopes (1982), por seu lado, afirma que os fulas ou fulbes, que até o século XVIII, estavam sob a dominação dos mandingas, tinham-se expandido na Guiné ao longo do século XIX após a conquista do Kansala, em 1867, destruindo o reino de Kaabú e instalando a sua hegemonia nessa região (LOPES, 1982). Ao longo do período de colonização, “os seus chefes tradicionais foram alvos de cooptação por parte dos colonizadores e, quando recalcitrantes, substituídos por chefes designados” (HERNANDEZ, 2007, p. 536).

1.3 Novidades que vêm do mar

O século XV, precisamente o ano de 1446, regista o início da presença de navegadores portugueses na Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa, atracou no litoral do território que mais tarde veio a ser a província portuguesa da Guiné. Na sua quarta viagem, foi morto por “nativos” com uma caravana de viajantes. “A hostilidade dos nativos” se deve, provavelmente, as reações dos africanos a constantes “ataques de frotas portuguesas” à costa ocidental africana, “quando os sequestradores” tinham entrado pelas aldeias situadas no litoral, movidos pelo desejo de captura de indivíduos que eram comercializados como escravos. (SILVA apud AUGEL, 2007, p. 52).

Interessa salientar que no período de navegações de barcos dos portugueses, as relações do império do Mali com o Kaabú (a sua antiga província) dos quais já tratamos no ponto anterior, conheceu o seu fim a partir do século XVI. Desse período para frente, o Kaabú antes do seu declínio, passou a ser mais importante que o Mali, devido ao progresso do comércio na costa, lugar que veio a se transformar num ponto de atração econômica da África Ocidental. E muito rápido, os portugueses perceberam que era mais proveitoso estabelecer negócio direto com a

família real do Kaabú do que com o Mali. O monarca de Kaabú ficou conhecido como o maior vendedor de escravos naquela parte do mundo (LOPES, 1987, p. 29).

Portugal por largo período utilizou o território da Guiné-Bissau como ponto de apoio para o comércio de escravos ao largo da costa Ocidental da África, considerando-a como centro comercial. No século XVI, foram erguidas algumas feitorias ao longo do curso do rio São Domingos e do rio Grande. Com as incessantes viagens de navegadores portugueses, tinham-se criado as bases para expansão comercial portuguesa na área. No fim desse século, foram criadas as Companhias de Cacheu e de Cabo Verde, visando o tráfico de escravos. No século XVII, os contatos entre o império do Kaabu e os entrepostos comerciais portugueses de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim tinham sido regulares. Tais contatos e trocas comerciais entre navegantes portugueses e autoridades africanas tinham sido ainda nos primeiros momentos na base de respeito mútuo e de tratamento igualitário (AUGEL, 2007, p. 53).

A primeira feitoria erguida foi a de Cacheu (1580), no curso do rio do Cacheu (LOPES apud AUGEL, 2007, p. 54). No ano de 1603, alguns missionários capuchinhos deram início os trabalhos de conversão ao cristianismo entre de Bissau. No ano 1607, o régulo (rei) de Guinália tinha concedido aos portugueses a ilha de Bolama, para que nele estabelecessem e servissem de defensores dos seus territórios contra ataques dos Bijagós, povo que habita muitas ilhas do arquipélago dos Bijagós (AUGEL, 2007, p. 54).

Peter Caribe Mendy (2012), argumenta também que na Guiné-Bissau a influência portuguesa resumia-se a uns poucos centros comerciais, fortificados, em Cacheu e Bissau. Aquela

“esfera de influência” era, em ampla medida, garantida pelos esforços de cabo-verdianos, inicialmente da categoria conhecida como lançados (porque se lançavam à parte continental da África Ocidental, desafiando a interdição de comércio pelos portugueses e as ameaças de pena de morte”, que fundaram um dos primeiros estabelecimentos “portugueses” — o povoado de Cacheu, no território dos Manjacos, em 1588. No entanto, apesar da construção de fortes em Cacheu e Bissau, os mercadores portugueses e de outros países europeus que comerciavam no interior pagavam dexas (corruptela de “taxas”) a um bom número de governantes locais até a conquista militar da terra firme em 1915 (MENDY, 2012, p. 18).

Dos últimos períodos do século XVI para frente, o crescimento progressivo do comércio de escravos tinha contribuído de maneira decisiva na desagregação dos reinos do Oeste da África, assim tornando fácil “a ação colonialista dos portugueses”. Os portugueses tinham introduzido novos produtos, deixando o comércio rentável, e com isso, conseguiram fomentar desavenças e rivalidades entre etnias (AUGEL, 2007, p. 54).

Luiz Felipe de Alencastro (2000) faz uma abordagem sucinta sobre os primórdios do contacto comercial entre Portugal e o litoral africano e o tráfico de escravos. Segundo ele,

Lisboa destaca-se como a maior cidade ibérica na cartografia filipina do seiscentos e plataforma giratória das trocas entre a Europa e a África. Cláusulas do tratado de Tordesilhas — reiteradas no Acordo de Tomar (1581) selando a união dinástica ibérica — garantiam a Portugal o senhorio sobre o comércio e o litoral africano. Madri cumpre a parte que lhe cabe no acordo, perseguindo os rivais de Lisboa nos portos da África, das Canárias e do Caribe.

Enquanto as ilhas (Canárias, Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé) e a península Ibérica formavam o maior mercado consumidor de africanos, duas zonas do continente negro atraíam os armadores: Guiné – Cabo Verde, origem de 51% dos escravos, e a região Congo – Angola, de onde saíam 30%. Nas últimas décadas do Quinhentos, quando o mercado americano afirma sua preeminência na demanda negreira, o grosso do tráfico se desloca para a bacia do Congo e para Angola, saqueada por Dias de Novais (ALENCASTRO, 2000, p. 77).

No quadro de trocas comerciais, de acordo com o PAIGC,

[...] os portugueses trocavam as suas mercadorias por ouro, em Gâmbia, nos estuários da Guiné, e em Elmina; por pimenta da Guiné; por marfim e por escravos que eram levados para as Ilhas de Cabo Verde e para Portugal. Por outro lado, as feitorias e os estabelecimentos de comércio serviam de escala de navios para as Américas. (PAIGC, 1974, p. 72).

Quando enfraqueceu o tráfico de escravos e diminui o comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas, Portugal tinha passado a se dedicar com a perseverança à conquista do território, preocupou-se também em aumentar os entrepostos comerciais e em vê-los cada vez mais ativos (AUGEL, 2007, p. 54). Alencastro chama a atenção para o fato que:

O trato negreiro entre a América e a África portuguesa extravasa os parâmetros habitualmente definidos para enquadrar o comércio colonial. A bipolaridade das relações entre os mercados brasileiros e africanos possui uma dinâmica própria que verga a política portuguesa no Atlântico. Afiguram-se duas séries de consequências. Em primeiro lugar, as carreiras marítimas reforçam certas aristocracias negreiras africanas e ampliam a oferta de escravos nos portos de trato. Em segundo lugar, esses fluxos estimulam o intercâmbio com a África, contribuindo para fixar capitais e equipamentos de navegação neste setor, por fim, para diminuir os custos de transporte no Atlântico Sul. [...]. (ALENCASTRO, 2000, p. 116).

Ao longo dos séculos, o território da Guiné-Bissau tinha sido “administrado conjuntamente com o arquipélago de Cabo Verde”, desabitado no início e usado como um entreposto imprescindível para o tráfico de seres humanos, e para aprovisionamento “da navegação transatlântica”. O ato de ocupação do território continental da Guiné tinha intensificado em

1850, e os portugueses eram incessantemente confrontados por uma resistência das populações nativas. Em Março de 1879 a colônia da Guiné tinha sido desvinculada administrativamente de Cabo Verde e tinha recebido a nomenclatura de Guiné Portuguesa, momento em que tinha passado a ter a sua própria administração, tendo capital sede na ilha de Bolama. No mesmo ano tinha sido instalado a primeira tipografia na colônia e iniciado a publicação do “Boletim oficial, importante fonte da história colonial”, editada até aos dias em que os portugueses retiraram, em 1974 (AUGEL, 2007, p. 54-55).

Segundo Augel (2007), a questão de fronteiras da Guiné no século XIX tinha constituído palco de disputa entre duas potências europeias, França e Portugal. Essa disputa tinha sido encerrada em 1886 em consequência da Conferência de Berlim, promovida por Bismarck, tendo como objetivo a partilha da África entre as nações europeias. Face a esse projeto de partilha de África, Portugal na altura não tinha como competir com as grandes potências imperialistas, tinha-se contentado apenas com as colônias de Angola, Moçambique, as ilhas de São Tomé e Príncipe, o arquipélago de Cabo Verde e, por fim, a Guiné-Bissau. Entretanto, as linhas fronteiriças da Guiné tinham sido fixadas a partir do acordo firmado entre Portugal e França, em 12 de Maio de 1886 (AUGEL, 2007, p. 55).

Mesmo com o acordo luso-francês de 1886, a parte oriental do território da Guiné tinha carecido de definição clara, que somente foi demarcada depois da penetração portuguesa, após 1902, consolidando-se no fim da década de 1920 (HERNANDEZ, 2008, p. 535). Candé Monteiro (2012), salienta que:

que a região que hoje denominamos de Guiné-Bissau nem sempre foi o mesmo território da chamada Costa da Guiné ou Costa Africana, ou melhor, Senegâmbia, pois a divisão arbitrária da Conferência de Berlim, em 1884-1885, traçou fronteiras e separou povos sem levar em conta as tradições culturais dos grupos étnicos existentes e suas fronteiras, obedecendo, portanto, somente aos interesses econômicos (CANDE MONTEIRO, p. 95).

Mas a Guiné-Bissau não foi a única vítima no que concerne a divisão arbitrária das fronteiras depois da Conferência de Berlim, da qual refere Candé Monteiro. Conforme podemos observar com base nas palavras desta autora:

são esses limites territoriais estabelecidos nesta conferência que ainda perduram na delimitação geográfica contemporânea dos diversos países do continente africano. Com efeito, na partilha territorial de África aconteceram casos em que um mesmo povo ou comunidade era dividido em vários subgrupos, de acordo com o número de candidatos europeus, sem sequer atentar-se para as diferenças culturais dos povos, como também das organizações políticas e sociais existentes, marcados por hostilidades, que tornavam difíceis as suas adaptações às estruturas políticas e administrativas coloniais (CANDE MONTEIRO, 2012, p. 95).

Ainda, quanto a divisão das fronteiras africanas se elas foram arbitrária ou não, Godfrey Uzoigwe (2010) afirma que

Certos especialistas consideram inaceitáveis as novas fronteiras, que julgam arbitrárias, apressadas, artificiais e aleatórias, pois distorcem a ordem política nacional pré-europeia. Outros, como Joseph Anene e Saadia Touval, acham-nas mais razoáveis que as de 1879. [...]. Cerca de 30% da extensão total das fronteiras são formadas por linhas retas, e tanto estas como outras cortam arbitrariamente as fronteiras étnicas e linguísticas. Por outro lado, os limites que foram mantidos seguiam traçados nacionais e, portanto, não podem ser considerados tão arbitrários ou tão inapropriados como certos críticos querem fazer crer. Além disso, as unidades políticas africanas criadas como resultado, por exemplo, do conflito entre Oyo e Daomé, das djihads (guerras santas) dos Peul, dos Mfecane na África meridional ou das lutas internas pelo poder na Etiópia e em Uganda, durante a segunda metade do século XIX, mostram bem o caráter móvel das fronteiras, limites e enclaves africanos anteriores à partilha. (UZOIGWE, 2010, p. 46).

Para Uzoigwe a Conferência que no início tinha como pano de fundo a partilha da África tinha terminado

por distribuir e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benué e seus afluentes, e ainda por estabelecer as “regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas” [sic]. Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas. Era a chamada doutrina das esferas de influência, à qual está ligado o absurdo conceito de hinterland. A doutrina foi interpretada da seguinte forma: a posse de uma parte do litoral acarretava a do hinterland sem limite territorial. O artigo 35 estipulava que o ocupante de qualquer território costeiro devia estar igualmente em condições de provar que exercia “autoridade” suficiente “para fazer respeitar os direitos adquiridos e, conforme o caso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições estabelecidas”. Era a doutrina dita de ocupação efetiva, que transformaria a conquista da África na aventura criminosa [...] (UZOIGWE, 2010, p. 33-35).

Henri Brunschwig (2006), por seu lado, reforça que a

Conferência não partilhou a África. Mas os prazos observados para permitir que Leopoldo II precisasse os limites do Estado Independente; as fórmulas constantemente lembradas que repetem o mesmo verbo no futuro: “as potências que exercem ou exercerão direitos de soberania ou influência” na bacia convencional — os recentes progressos da França no Sudão, dos ingleses na Costa do Ouro etc., tudo concorre para afirmar a convicção geral que a partilha era inevitável. [...] (BRUNSCHWIG, 2006, p. 45)

Elikia M'Bokolo (2011), por sua vez afirma que a corrida para África tinha tomado um novo aspeto depois da Conferência de Berlim. Tinha assumido duas formas principais: competição,

conflitos e entendimentos entre as grandes potências; multiplicação dos tratos com os chefes africanos. M'Bokolo ainda acrescenta que, do lado africano, o princípio de ocupação tinha levado os Estados europeus a assinar o maior número de tratados com os reis e chefes das terras que cobiçavam. Na verdade tais tratados não eram novidades:

entre 1819 e 1880, tinham sido assinados 118 em nome da França; entre 1880 e 1885, foram em número de 257 os tratados assinados por Stanley e os seus colaboradores com chefes da África Central. [...] várias centenas nas possessões de Leopoldo II; 126 pelo menos em nome da França; 389 entre 1884 e 1892, por iniciativa de George Goldie e da Royal Niger Company, vários dos quais se verificou serem falsos. [...], sabe-se que os soberanos africanos se aperceberam bem da mudança de época: antes de 1880 e 1890, muitos deles, conscientes do destino dado aos seus vizinhos, tornaram-se extremamente desconfiados, nomeadamente nas regiões fronteiriças em que eram objetos de solicitações por parte de potências rivais (M'BOKOLO, 2011, p. 363).

Ainda no que tange aos tratados assinados entre estados europeus e africanos antes e depois da Conferência, Godfrey Uzoigwe (2010), relata numa forma mais detalhada. Segundo ele,

Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência na África por várias formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha da África no papel. Eram de dois tipos esses tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus. (UZOIGWE 2010, p. 35).

Prosseguindo, Uzoigwe afirma que os tratados entre os africanos e europeus dividiam-se em duas classes. Primeiro aqueles referentes ao tráfico de escravos e o comércio, que tinham sido fonte de conflitos e tinham provocado a intervenção política europeia nos assuntos africanos. Mais tarde, tinham vindo os tratados políticos, através dos quais os dirigentes africanos estavam sujeitos a duas escolhas: renunciar a sua soberania em troca de proteção ou se comprometer a não assinar nenhum tratado com as outras nações europeias (UZOIGWE 2010, p. 35).

E mais, tais tratados, conforme Uzoigwe, eram feitos por representantes de governos europeus ou por certas organizações privadas que cediam-nos a seus respectivos governos. Assim que um governo metropolitano os aceitava, os territórios em consideração eram anexados ou tidos por protetorados. Por outro lado, se um governo tivesse dúvida da veracidade dos tratados, utilizava tais tratados para conseguir vantagens nas negociações bilaterais europeias. Ou seja, os africanos faziam esses tratados por vários motivos, sobretudo em nome do interesse do seu povo. Em certos casos, desejavam firmar relações com os europeus na expectativa de tirar daí

proveitos políticos em relação aos seus vizinhos. Acontecia caso em que um Estado africano em condição de fragilidade assinava um tratado com uma potência europeia na esperança de se libertar da sujeição a outro Estado africano que lhe impunha a sua soberania. Do mesmo modo, um Estado dominante também podia aspirar um tratado na intenção de utilizá-la para manter em obediência os súditos insubmissos. Enfim, certos Estados africanos pensavam que firmando um tratado com um País europeu salvaguardaria a independência ameaçada por outras nações europeias. Portanto, os tratados políticos entre africanos e europeus tinham desempenhado um papel importante na última fase da partilha (UZOIGWE 2010, p. 35-36). Não entraremos em detalhes sobre nomes de alguns governantes africanos que firmaram tratados com algumas nações ou empresas europeias.

Quanto à atual Guiné-Bissau em específico, as autoridades portuguesas só conseguiram, em 1900, firmar tratado com chefes feudais fulas como forma de garantir a submissão dos povos da savana, da qual falaremos no ponto 1.4. Em suma, para prosseguir com a partilha, as potências europeias necessitavam de avançarem nas conquistas e na ocupação dos territórios da África. As ações de conquista e da ocupação foram confrontadas por resistências dos africanos, embora vencidos em dados momentos.

1.4 Colonização e resistência

O processo da conquista e ocupação colonial das potências europeias enfrentou forte resistências dos nativos em quase todas regiões da África. Algumas conquistas foram mais rápidas e outras demoraram e, por fim, acabaram por acontecer conforme observaremos em seguida com base no olhar de Godfrey Uzoigwe (2010).

Segundo este autor, os franceses tinham sido os mais ativos na consecução da política da ocupação militar. Descendo do alto para o baixo Níger, tinham vencido sem demora o damel de Cayor, Lat-Dior, que tinha lutado até a morte, em 1886. Tinha derrotado Mamadou Lamine na batalha de Touba-kouta, em 1887, pondo fim ao império Soninké, fundado por ele na Senegâmbia. Da mesma forma tinham conseguido cessar a famosa resistência do grande Samori Touré, capturado em 1890 e exilado no Gabão em 1900. Várias vitórias: de Koundian, 1889, Segu, 1890 e Youri, 1891, conquistadas por major Louis Archinard, tinham levado ao desaparecimento do império tukulor de Segu, ainda que seu chefe, Ahmadu, persistisse em encarniçada resistência até a data em que tinha sido morte, em Sokoto, em 1898. Na África Ocidental os franceses tinham conquistado a Costa do Marfim e a atual Guiné-Conakry, onde

tinham instalado colônias em 1893. A conquista e a ocupação do reino do Daomé, iniciada em 1890, estavam terminadas em 1894. No final dos anos de 1890, tinham conquistado todo o Gabão, suas posições na África do norte foram consolidadas, a conquista de Madagascar tinha sido completada, colocando em exílio a rainha Ranavalona III em Argel, em 1897 e, na fronteira oriental, entre o Saara e o Sahel, findou a teimosa resistência de Rabah de Sennar, morto em combate em 1900 (UZOIGWE, 2010, p. 41).

Prosseguindo com abordagem de Uzoigwe, à semelhança dos franceses a conquista britânica também tinha sido espetacular e sangrenta. Tal conquista tinha encontrado uma resistência dos africanos difícil de vencer. Para conseguir bloquear a expansão francesa em direção ao baixo Níger e no interior do reino Axante, o Reino Unido tinha utilizado as possessões da atual Gana e na Nigéria como base de operações. À última expedição saída de Kumasi em 1900 tinha-se seguido a anexação de Axante em 1901, exilando o rei Nana Prempeh nas Seychelles. Os territórios ao norte de Axante tinham sido oficialmente anexados em 1901, após suas ocupações entre 1896 e 1898. A partir de Lagos, uma de suas colônias, os britânicos tinham conquistado a Nigéria. Em 1893, a maior parte do território iorubá fora proclamado protetorado. Em 1894, era conquistado o reino de Itsekiri e exilado em Acra o hábil Nana Olomu, seu “príncipe mercador”. Visivelmente incapaz de enfrentar o rei Jaja, de Opobo, em campo de batalha, Harry Johnston, o cônsul britânico, tinha resolvido armar-lhe uma cilada, convidando-o para um encontro a bordo no navio de guerra britânico que terminou na sua apreensão e deportação para as Antilhas, em 1887. Brass e Benin tinham sido conquistadas no final do século. Em 1900, a dominação britânica no sul da Nigéria estava seguramente garantida. A ocupação do Igbo e de certas regiões do interior oriental apenas tinha-se tornado efetiva, nas duas primeiras décadas do século XX. Ao norte, a conquista britânica tinha partido de Nupe, onde, em 1895, a Royal Niger Company, de George Goldie, exercia sua influência de Lokoja a costa. Ilorin tinha sido ocupada em 1897, e, depois da criação da West African Frontier Force, em 1898, o sultanato de Sokoto tinha sido conquistado por Frederick Lugard, em 1902 (UZOIGWE, 2010, p. 41-42).

No que refere ao norte de África, Uzoigwe relata que o Reino Unido, já em posição de força no Egito, tivera que esperar até 1896 para autorizar a reconquista do Sudão que teve lugar em 1898, causando a morte em combate de mais de 20 mil sudaneses e do seu chefe, o califa Abdallah. A ocupação de Fachoda pela França no sul do Sudão, em 1898, não podia ser tolerada por lorde Salisbury, sendo a França forçada a retirar. Concernente a situação Zanzibar, tinha sido submetido a protetorado britânica em novembro de 1890, e transformado em base para a conquista do resto da África Oriental Britânica. Salientando que o País mais

cobiçado na quela região era Uganda. A batalha de Mengo, em 1892, no Buganda (centro das operações), tinha trazido consigo a proclamação do protetorado sobre Uganda, em 1894; abrindo caminho para conquista do resto de Uganda, concretizada aquando da captura e exílio nas Seychelles, em 1899, dos reis Kabarega e Mwanga. A dominação dos britânicos Quênia sobre os Nandi, provavelmente tinha durado quase dez anos para se concretizar (UZOIGWE, 2010, p. 42).

Ainda, conforme Uzoigwe, na África central e austral, a British South África Company (BSAC), de Cecil Rhodes, tinha sido empreendido a ocupação da Mashonalândia sem a concordância de Lobengula. Em 1893, o rei tinha sido obrigado a fugir da capital, e morto no ano seguinte. O seu reino não tinha sido subjugado no seu todo antes da sangrenta repressão da revolta dos Ndebele e dos Mashona, em 1896-1897. A conquista da atual Zâmbia, menos acidentada, tinha terminado em 1901. A derradeira guerra britânica, no quadro da partilha da África, tinha sido travada contra os bôeres, na África do Sul. Tal guerra, iniciada em 1899 e findada em 1902 apresentava a particularidade de envolver brancos contra brancos (UZOIGWE, 2010, p. 42).

Se a ocupação efetiva tinha sido em alguns aspetos rápidos para os franceses e britânicos, para outras potências europeias tinha revelado dificuldade. Segundo Uzoigwe, foi o caso dos alemães, que tinham conseguido estabelecer sua dominação efetiva no sudoeste da África no final do século XIX, necessariamente em função da hostilidade de mais de um século que impossibilitava a união dos Nama e dos Maherero. No Togo, os alemães tinham-se aliado aos pequenos reinos dos Kotokoli e dos Chakossi para esmagar com mais facilidade a resistência dos Konkomba de 1897 a 1898, dispersos, e dos Kabre, em 1890. Tinha sido ao norte de Camarões, que o comandante alemão major Hans Dominik tinha encontrado mais dificuldades. Em 1902, porém, tinha logrado sujeitar os principados Peul. Recompensa, a conquista da África Oriental Alemã tinha sido a mais feroz e a mais demorada de todas as guerras de ocupação efetiva, prolongando-se de 1888 a 1907. As expedições mais importantes tinham sido as enviadas contra o célebre indomável Abushiri, entre 1888 a 1889, os Wahehe, 1889 a 1898 e os chefes da revolta Maji Maji, 1905 a 1907 (UZOIGWE, 2010, p. 42-43).

E a situação portuguesa foi parecida com a dos alemães. Conforme Uzoigwe, a sua ocupação militar, iniciada na década de 1880, apenas tinha sido completada no decurso do século XX. Ainda que um empreendimento bastante árduo para os portugueses, finalmente tinham consolidado sua dominação em Moçambique, Angola e atual Guiné-Bissau, que mais a frente falaremos sobre a resistência do seu povo a ocupação portuguesa.

O Estado Livre do Congo também se viu diante de graves problemas com Portugal antes de a Bélgica levar a cabo a ocupação militar da sua esfera de influência. Leopoldo II começou por se aliar aos árabes do Congo, que na realidade lhe eram particularmente hostis. Quando a inutilidade da colaboração tornou-se evidente, Leopoldo mandou uma expedição contra eles. Levou quase três anos (1892-1895) para submetê-los. Mas a conquista de Katanga, iniciada em 1891, só foi concluída no início do século XX (UZOIGWE, 2010, p. 43)

Uzoigwe conclui que a potência europeia que mais encontrou maiores dificuldades nas guerras de ocupação foi a Itália. Em 1883 tinha tido êxito na ocupação de Eritreia. Tendo na sua posse a costa oriental da Somália, após a primeira partilha do império Omani, em 1886. Passando tempo, o tratado de Wuchale, de 1889, celebrado com o imperador Menelik II, tinha definido a fronteira entre a Etiópia e a Eritreia. Após o estranho contencioso sobre a interpretação das cláusulas do tratado, a Itália tinha informado às outras potências europeias que a Etiópia era um protetorado italiano. Mas, na tentativa de ocupação daquele fictício protetorado tinha sofrido uma vergonhosa derrota em Adowa, em 1896. Contudo, tinha conseguido preservar seus territórios na Somália e na Eritreia. Na África do norte, foi apenas em 1911 que a Itália tinha conseguido ocupar as zonas costeiras da Cirenaica e da Tripolitânia, na atual Líbia. O Marrocos tinha mantido a sua independência até 1912, data em que a tinha perdido em favor da França e da Espanha. Em 1914, apenas Libéria e a Etiópia ainda eram, independentes (UZOIGWE, 2010, p. 43).

Vários fatores podem explicar a forma como as potências europeias tinham conseguido conquistar o continente africano. Voltando de novo ao texto de Godfrey Uzoigwe (2010), apresentaremos em citação quatro pontos que nele apontou tais fatores que levaram à conquista inimaginável de um continente tão vasto. Conforme ele,

Em primeiro lugar, graças às atividades dos missionários e dos exploradores, os europeus sabiam mais a respeito da África e do interior do continente – aspecto físico, terreno, economia e recursos, força e debilidade de seus Estados e de suas sociedades – do que os africanos a respeito da Europa.

Em segundo lugar, em função das transformações revolucionárias verificadas no domínio da tecnologia médica e, em particular, devido à descoberta do uso profilático do quinino contra a malária, os europeus temiam menos a África do que antes de meados do século XIX.

Em terceiro lugar, em consequência da natureza desigual do comércio entre a Europa e a África até os anos de 1870 e mesmo mais tarde, bem como do ritmo crescente da revolução industrial, os recursos materiais e financeiros da Europa eram muitíssimos superiores aos da África. Por isso, se as

potências europeias podiam gastar milhões de libras nas campanhas ultramarinas, os Estados africanos não tinham condições de sustentar um conflito armado com elas.

Em quarto lugar, enquanto o período posterior à guerra russo-turca de 1877-1878 era assinalado, segundo J. H. Rose, por “um estado de equilíbrio político que contribuiu para a paz e o imobilismo na Europa”, o mesmo período, na África, foi marcado por conflitos e rivalidades interestatais e intraestatais: Mandinga contra Tukulor, Ashanti contra Fanti, Baganda contra Banyoro, Batoro contra Banyoro, Mashona contra Ndebele [...] (UZOIGWE, 2010, p. 44).

Uzoigwe acrescenta também que o comportamento dos países africanos tinha sido assinalado não apenas pela ausência da solidariedade, de unidade e da cooperação, mas pelo fato de alguns não duvidarem em se aliar ao aos invasores europeus contra seus vizinhos. Os Baganda tinham-se aliados aos ingleses contra os banyoro, os barotse aos ingleses contra os ndebele, e os bambara aos franceses contra os tukulor.

Em consequência, as lutas heroicas e memoráveis travadas pelos africanos contra os invasores europeus foram [...] quase sempre ações isoladas e descoordenadas, mesmo no plano regional. O fator mais decisivo foi, evidentemente, a esmagadora superioridade logística e militar da Europa. Enquanto esta empregava exércitos profissionais bem treinados, poucos Estados africanos possuíam exércitos permanentes e menos ainda dispunham de tropas profissionais. Na sua maior parte, faziam recrutamentos e mobilizações ad hoc para as necessidades de ataque e defesa. Ademais, as potências europeias [...] independentemente dos exércitos próprios, podiam engajar mercenários e recrutas africanos, o que lhes dava, quando necessário, superioridade numérica [...] (UZOIGWE, 2010, p. 45).

E mais,

a maior parte desses exércitos recrutava tropas entre os africanos, sendo europeus apenas os oficiais.[...] nos termos da Convenção de Bruxelas (1890), as potências imperiais tinham se comprometido a não vender armas aos africanos, o que significa que estes dispunham de equipamentos militares obsoletos e muitas vezes fora de uso – principalmente, espingardas de pederneira e de carregar pela boca – e não possuíam artilharia pesada nem forças navais. Em contraposição, os exércitos europeus dispunham de armas modernas: artilharia pesada, carabinas de repetição e sobretudo metralhadoras Gatling e Maxim, além de contarem com a artilharia pesada das forças navais. [...] os europeus chegaram a empregar, no decorrer das últimas campanhas, veículos motorizados e aviões [...]. É significativo que os dois chefes africanos que chegaram a infligir derrotas aos europeus – Samori Toure e Menelik – conseguiram ter acesso a algumas dessas armas modernas. Mas, por fim, até Samori Touré foi vencido pelos franceses (UZOIGWE, 2010, p. 45-46).

Elikia M’Bokolo (2011) nos traz uma visão retrospectiva sobre momentos marcados pelo confronto entre os exércitos coloniais e dos Estados africanos aquando da conquista e da

ocupação da África, e da vantagem em termos de armamento de guerra que os primeiros possuíam. Conforme M'Bokolo,

Os anos de 1880 e 1890 tinham sido marcados pelo confronto entre os exércitos coloniais e dos Estados africanos. Estes últimos alinhavam geralmente forças mais numerosas: 7000 a 10.000 iorubás em Ijebu contra 1000 britânicos, e cerca de 10.000 soldados do Daomê contra 2.100 franceses em 1892; 100.000 etíopes contra 17.000 italianos em Adua (1896); 30.000 guerreiros face a 1.200 britânicos em Sokoto em 1903. [...]. Não obstante, nas batalhas campais, as forças coloniais gozavam da vantagem de um armamento mais sofisticado [...] (M'BOKOLO, 2011, p. 370-371).

M'Bokolo, ainda acrescenta que a eficácia mortífera de tais armas tinha impressionado as pessoas em certas regiões:

assim na Ruanda alemão, a utilização sistemática da metralhadora valeu ao violento capitão Werner vom Grawert e a outros oficiais brancos a alcunha de Bwana Tikitik (bwana, “senhor”; tikitiki; “tac-tac-tac”). Alguns chefes africanos, nomeadamente Samori, os sultões de Kano e Menelik II da Etiópia, tentaram utilizar os fugitivos e os veteranos dos exércitos coloniais, ou até mercenários e recorrendo se necessário à espionagem, formar os seus guerreiros no manejo das armas mais modernas, cujo contrabando continuou ativo bem após a Convenção de Bruxelas (1890) que proibiu a venda de armas aos africanos (M'BOKOLO, 2011, p. 371).

Ademais, segundo M'Bokolo, uma das características mais interessante daqueles exércitos coloniais era o fato de não serem ‘alemães’, nem ‘britânicos’ e nem ‘franceses’, a não ser pelo nome dos seus quadros e das ideologias que animavam. Quase sempre, a massa dos soldados era recrutado na África. Não obstante a difusão do quinino depois 1854, a mortalidade causada pela malária e outras doenças tropicais provocava hesitações relativas a utilização demasiada e prolongada de soldados brancos na África. Não só, os africanos continuavam a ser mais acessíveis e mais que ninguém, conheciam muito bem o terreno. E tais políticas de recrutamento local e barato com objetivo de dividir para reinar com facilidade, tinha assumido diversas formas de acordo com as potências colonizadoras (M'BOKOLO, 2011, p. 372). Mas por motivo de economia do tempo, não entraremos nesses detalhes. Relatar a contribuição de Albert Adu Boahen (2010), e de M'Baye Gueye com Albert Adu Boahen (2010), em relação a conquista e ocupação das potências europeias que causou a resistência dos africanos, seria repetir em certos pontos o que já foi dito atrás por Godfrey Uzoigwe e por Elikia M'Bokolo (2011).

A historiografia guineense tem enfatizado a rica tradição de resistências heroicas do povo da Guiné-Bissau contra a ocupação colonial, depreciadas ou não contadas devidamente pela historiografia colonial.

Peter Karibe Mendy (1992) descrevia o desespero dos portugueses depois da Conferência de Berlim, aliás, em 1886; após a fixação das fronteiras para consolidar a Guiné portuguesa, Portugal ainda não tinha concretizado uma ocupação efetiva do território. Da Guiné chamada portuguesa existia apenas o nome formal. Não havia o reconhecimento e a legitimidade do poder português (CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 103). Elikia M'Bokolo (2011), por seu lado também afirma que

O reconhecimento das pretensões de Leopoldo II sobre o Congo na Conferência de Berlim e, sobretudo, o ultimato do primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury, que exigia de Portugal o reconhecimento dos direitos de Cecil Rhodes sobre uma parte da África Central (1890) foram sentidos em Lisboa como uma grave ferida no amor-próprio e precipitaram os portugueses na longa e custosa conquista do seu império africano (M'BOKOLO, 2011, p. 367).

Retomando a questão de fixação de fronteiras da atual Guiné-Bissau já apontada acima, em 1886, mesmo depois que essas haviam sido fixadas, o interior do território não estava ainda ocupado e nem explorado. A ocupação efetiva até então era ainda algo desejado pelos portugueses. Na tentativa de ocupar o interior do território, os portugueses multiplicavam sem sucesso, as expedições contra as populações do litoral inciadas em 1897, contra beafadas, balantas, e oincas. Entre 1891 e 1894, a ilha de Bissau foi incessantemente bloqueada pelas revoltas dos papeis (PAIGC, 1974, p. 101-102).

Em 1900, os portugueses conseguiam submeter os povos da savana (fulas, mandingas e beafadas), mediante o tratado firmado com os seus chefes feudais. No litoral, onde não havia nenhuma autoridade com quem os portugueses podiam tratar, as expedições militares continuavam. Tais expedições eram derrotadas muitas vezes, contentavam-se também em caso de vitórias, incendiando e pilhando as aldeias, e depois se retiravam, não podendo manter a ocupação por falta de homens. Isso explica o motivo por que as expedições teriam recommçado incessantemente em 1900 a 1906 contra os bijagós da ilha de Canhabaque; contra Oio, vingando a derrota de 1897 e submetendo Oio ao domínio português; ataque aos felupes; expedições contra os papeis que cercavam o posto de Cacheu e contra a ilha de Formosa do arquipélago de Bijagós, entre outros eventos. A maior parte dessas expedições era motivada pelas revoltas das populações que recusavam o pagamento do imposto de palhota exigido pelos portugueses (PAIGC, 1974, p. 102).

Candé Monteiro (2012) defende que as resistências dos guineenses tinham tido características regionais e étnicas, tendo em conta a configuração social do país, considerando que cada grupo étnico pertence a uma terra (CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 103).

Portanto, em 1913, uma grande parte das áreas das florestas e litorais de atual Guiné-Bissau continuavam fora do domínio dos portugueses. Era o caso de atual região de Oio, a terra dos balantas, dos papeis da ilha de Bissau, dos manjacos da região localizada ao sul do rio São Domingos e dos bijagós. Tais territórios só foram submetidos ao poder português através das chamadas “campanhas de pacificação”, ocorridas entre 1913 e 1915, dirigida pelo então chefe de Estado-Maior da colônia, “o massacrador sanguinário”, capitão Teixeira Pinto. Para isso, Teixeira Pinto tinha utilizado o método que copiou dos franceses e ingleses (a utilização de homens na guerra de conquista, recrutados localmente). Assim Teixeira Pinto utilizou de auxiliares fulas e mandingas (uma vez dominados), comandadas por chefes como Abdul Injai de Oio, Bara, Baldé do Forreá, Mamadú Cissé e outros. Esses homens eram equipados de armas modernas, e pagavam-se a si próprios com pilhagem, sendo alguns dentre indicados ao cargo de chefe das terras dominadas (PAIGC, 1974, p. 103).

Realçando a questão relativa ao método dos franceses e ingleses, de recrutamento local dos soldados aquando da conquista, copiado por Teixeira Pinto, do qual já referimos no parágrafo acima, Elikia M’Bokolo (2011), afirma que o caso francês era

muito bem conhecido, pelo menos para a África Ocidental, graças sobretudo aos trabalhos de Myron Echenberg. O hábito de utilizar os soldados negros, a maior parte das vezes sob o nome de *laptots*, remontava a época da Companhia do Senegal, no século XVIII. A primeira companhia de atiradores senegaleses, surgiu em 1823, com 125 homens; mas foi por iniciativa de Louis Faidherbe que, por decreto de 1857, foi criado um batalhão de atiradores senegaleses, separados dos soldados brancos mas sujeitos às mesmas obrigações de serviço, os quais dispunham do seu próprio uniforme e eram pagos pelo orçamento local. [...].

[...] o Reino Unido organizou-se de forma um pouco diferente, embora certas características de base fossem idênticas às dos exércitos coloniais franceses: recrutamento privilegiado de escravos; recurso sistemático às chamadas “raças marciais” (nomeadamente, os haussás, os iorubás e os kanuris, com um reforço de técnicos ibos, na África Ocidental; massais, no Quênia, e yaos, na Niassalândia); multiplicação de adornos, insígnias e símbolos prestigiosos e promoção dos antigos combatentes para estimular as vocações. (M’BOKOLO, 2011, p. 372-374).

Voltando à questão da Guiné, é importante registar a atitude de violência de que era alvo a população após a conquista duma dada área. Em geral era exigido pelos soldados auxiliares de Teixeira Pinto na “campanha de pacificação” o retorno dos fugitivos às suas aldeias, a entrega de todos os seus materiais de guerra, o pagamento de multas de guerra justificadas como impostos em atraso, e a obediência aos novos chefes designados pelos portugueses. A

ocupação permanente das terras pacificadas era garantida por meio da criação de postos permanentes com administradores portugueses e forças armadas. (PAIGC, 1974, p. 103).

Nas “campanhas de pacificação”, dirigidas pelo Capitão Teixeira Pinto, de 1913 a 1914 foram esmagados e submetidos os balantas, oinca e os manjacos de Xuro-Caixo, incluindo os balantas de Mansoa (PAIGC, 1974, p. 103). O ano de 1915 foi marcado pela campanha de pacificação que causou a derrota dos papeis, que até essa data mantinham o controle da ilha de Bissau, a área em que atualmente se localiza a capital do País (AUGEL, 2007, p. 57).

Peter Karibe Mendy (2012), destaca que a parte continental da Guiné, por fim tinha sido conquistada em 1915, apenas nove anos antes do nascimento de Amílcar Cabral. Tinha sido

[...] uma série de campanhas brutais de “pacificação” que terminaram com a captura do governante Pepel de Bissau (atual capital do país), o qual, sob interrogatório, aparentemente teria dito ao conquistador, o capitão João Teixeira Pinto, que “nunca se renderia, porque odiava brancos”, e que, “se viesse a morrer e no outro mundo encontrasse brancos, declararia guerra contra eles”. Desdenhoso dessa atitude desafiadora, Teixeira Pinto de imediato o condenou à morte. (MENDY, 2012, p. 18-19).

Segundo Carlos Lopes (1987), os soberanos papeis de Bissau tinham sido dos que mais deixaram a marca na história da presença colonial portuguesa na atual Guiné-Bissau. A força das suas resistências sentidas pelos portugueses, a cuja vontade nunca se tinham submetido, ainda está presente nas crônicas que lhes são dedicadas (LOPES, 1987, p. 24).

Após a cessação da campanha de pacificação dos papeis da ilha de Bissau, os portugueses prosseguiram, em 1917 e 1918, as campanhas para a submissão dos bijagós da ilha de Canhabaque, tentando com muita dificuldade de estabelecer um posto militar. Em 1924 e 1930, ocorreram as revoltas desses povos que só foram pacificados e submetidos ao pagamento de impostos a partir de 1936, marcando, desse modo, o fim das campanhas de pacificação, e o início da consolidação do domínio colonial português no território que hoje é República da Guiné-Bissau (PAIGC, 1924, p. 103; PEREIRA, 2003, p. 29; AUGEL, 2007, p. 58; CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 106-107), quatro anos após a partida de Amílcar Cabral do território para Cabo Verde, terra dos seus antepassados (MENDY, 2012, p. 19).

Importa salientar que tais campanhas tinham sido sangrentas. Os portugueses tinham utilizado a artilharia pesada para pôr fim as resistências dos bijagós e o recurso à infantaria e à violência extrema: incêndio das tabancas (aldeias), chacinas, pilhagens, destruição das propriedades, levando assim, a fuga dos bijagós às florestas, procurando refúgio. E constata-se que também que esta tinha sido uma das campanhas mais violentas, caracterizada por uma

guerra de desequilíbrio de forças, uma vez que os nativos, de um modo geral, apenas tinham na sua posse flechas e armas artesanais, que não podiam resistir a uma artilharia pesada portuguesa. Não obstante, tinham resistido às batalhas provocando também baixas aos portugueses, mediante o recurso às tradições religiosas (a arteda feitiçaria). O mesmo recurso seria usado também na luta armada de libertação nacional (CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 106).

É interessante apontar que esse não era o caso apenas na Guiné “portuguesa”. O recurso a tradições religiosas como tática ou estratégia de resistência à dominação colonial era praticada quase em toda África, como veremos nos vários casos apontados por Terence Ranger (2010). Em recorte, trazemos apenas em citação o caso da resistência dos Maji Maji, em que Ranger observa:

No caso do levante Maji Maji de 1905, a ideologia da revolta encontrava base num entusiasmo milenar, ao mesmo tempo islâmico e africano. Os grandes movimentos de resistência ocorridos de 1888 a 1891 na costa do Tanganica tinham à sua frente membros da elite comerciante e urbana swahili. Nenhuma ideologia religiosa de protesto – islâmica ou “tradicional” – havia sido elaborada; a resistência baseava-se no princípio da defesa das soberanias estabelecidas. Mas, após a derrota dessa oposição costeira e da cooptação, para serviço dos alemães, de numerosos membros da elite swahili, a base da oposição se modificou e se ampliou. Maji Maji inspirava-se numa nova mensagem profética, vinda ao mesmo tempo dos centros de culto africanos do interior do continente e de um Islã entusiástico e populista (RANGER, 2010, p. 60).

Aristides Pereira observa:

as questões práticas levantadas pela colonização e implantação da Administração, pela enorme resistência oferecida, anos a fio, pelos Guineenses e pela necessidade de rendibilização da exploração colonial do território, tiveram como consequência que os princípios constitucionais de igualdade enunciados pela Revolução Liberal, pouco a pouco fossem (na Guiné e em outras colônias) substituídos por leis e regimes mais duros, que propunham a nu a natureza racista e o sistema de exploração colonial. Isto porque o Estatuto do Indigenato, pela própria natureza, no dizer de um ex-funcionário administrativo colonial, Osvaldo Lopes “teve consequências muito mais perversas do que o apartheid na África do Sul”. (PEREIRA, 2003, p. 29).

E mais, Pereira sustenta que no sistema do indigenato, ao africano era negado não apenas a sua cultura, mas a própria condição de sujeito de relações jurídicas. O indígena era definido como aquela pessoa que não aparentava o nível de desenvolvimento cultural que lhe desse a condição de usufruir dos direitos do cidadão. E salienta que era do mesmo modo que, a partir

de 1885, tinha sido divulgado em dados setores da sociedade portuguesa a vantagem duma política de negação da igualdade para os indígenas das colônias africanas.

Os sectores racistas da sociedade portuguesa propunham que a concretização da sua política fosse apoiada por um Estatuto do indígena, com a recomendação expressa de que esse código deveria variar de província para província e, se necessário fosse, de região para região. Essas opiniões acabaram por encontrar expressão legal no Código de Trabalho de 1899, cujo regulamento lançou as bases para a construção do que viria a ser conhecido por Regime de Indigenato, que foi sofrendo sucessivas alterações formais, que configuraram cronológica e respectivamente o teor do Ato Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português (1933) e a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933 (PEREIRA, 2003, p. 30). Pereira conclui que todos aqueles diplomas tinham concorrido conjuntamente para a consolidação do domínio administrativo colonial sobre o território, mediante a obrigação dos guineenses trabalharem num sistema de indigenato que lhes impedia os direitos políticos de ascensão social por meio de acesso à instrução (PEREIRA, 2003, p. 30).

Portanto, voltando de novo com Peter Karibe Mendy (2012), ele afirma que, assim que tinha sido consumada a conquista militar na Guiné-Bissau, os portugueses tinham-se apressado em alargar a administração colonial para todas as partes do território. E, num tremendo

[...] esforço para resolver a aguda carência de mão de obra educada, em razão da escassez de escolas e da grande relutância que os portugueses da metrópole manifestavam quanto a trabalhar nas colônias, as autoridades coloniais voltaram-se para Cabo Verde, que era considerado “um estrato social dos mais cultos”, do qual “a Guiné pode esperar uma melhoria valiosa da condição social de seus indígenas, aos quais a civilização ainda não chegou” (MENDY, 2012, p. 20).

Mendy, recorda que, na primeira metade da década de 1920,

os cabo-verdianos já constituíam 27% dos administradores [...] e 61% dos chefes de posto, os altos funcionários coloniais responsáveis pela introdução das políticas coloniais de Portugal. [...].

Em contato muito estreito com os colonizados, esses funcionários coloniais exerciam poderes enormes, contra os quais os “indígenas” não tinham recursos. Em suas áreas de jurisdição, sobretudo no interior, onde vivia a imensa dos colonizados, eram responsáveis [...], pela manutenção da “ordem e tranquilidade públicas”, pela coleta dos odiados impostos coloniais, pelo recrutamento forçado do trabalho gratuito para a construção e manutenção de estradas, pontes, edifícios do governo e de residências, escolas e hospitais. Para garantir a submissão e o respeito absoluto, os “indígenas” rebeldes eram punidos sumariamente, sendo a palmatória a “vara corretiva” de preferência. Á disposição deles estava uma força cruel paramilitar conhecida de como cipais, que prendiam e administravam as

punições e aterrorizavam a população rural em geral. Com a preponderância de cabo-verdianos na administração colonial na Guiné-Bissau, [...] passaram a ser vistos com hostilidade e desconfiança, exatamente como eram vistos em Angola e Moçambique, onde eram menos preeminentes no serviço colonial, mas ocupavam, como civilizados, posições relativamente a privilégios na sociedade colonial (MENDY, 2012, p. 20-21).

Embora a hostilidade e a desconfiança que se vivia contra os cabo-verdianos vá ser um desafio para Amílcar Cabral e seu projeto político de libertação dos dois povos (da Guiné-Bissau e Cabo Verde), é importante destacar que a coerção e a violência não eram práticas exclusivas do colonialismo português, mas de todos os regimes coloniais em África (MENDY, 2012, p. 21).

As províncias do ultramar estavam ligadas à capital da metrópole e sem contato com o resto do mundo. Em 1930, o Ato Colonial, pensado por Salazar, o então ministro das colônias, consolidou um colonialismo centralizador, seguindo a convicção de que as colônias deviam estar a serviço de enriquecimento da grande burguesia metropolitana (AUGEL, 2007, p. 58). Na Guiné, a cultura imposta do amendoim tinha causado desgaste das terras na região de Buba e na ilha de Bolama. Era o motivo pelo qual a capital tinha sido mudada de Bolama para Bissau em 1940, que passou a servir de zonas de exploração de amendoim e expandindo para no centro do país (PAIGC, 1974, p. 127-128). Nos anos de 1951, a então colônia tinha sido transformada em Província Portuguesa de Ultramar. (AUGEL, 2007, p. 59). A mudança do termo colônia para província do Ultramar tinha sido a forma que Portugal utilizou para encontrar resposta jurídica e moral perante a condenação universal do colonialismo. Mesmo com as alterações de formas da dominação colonial, a natureza do sistema colonial português tinha sido a mesma. Pois, aumentou não só o aparelho de repressão, mas também a sua crueldade (PAIGC, 1974, p. 114).

Segundo Peter Karibe Mendy (2012), na Guiné-Bissau a terra em que Amílcar Cabral nasceu era um país dividido em categorias sociais “de civilizados e não civilizados, de assimilados e indígenas ou gentios; um mundo dividido quanto à cor em brancos, mestiços e negros”. Na década de 1950, a sua população ‘civilizada’, em número era de 8.320 indivíduos civilizados, correspondente a 1,6% da população total.

Eram racialmente identificados como brancos, 27%; mestiços (cuja maioria era composto de cabo-verdianos), 55%; e negros, 18%. [...], as autoridades de Lisboa decretavam “não civilizadas” as populações indígenas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, mas não de Cabo Verde. (MENDY, 2012, p. 21-22).

Portanto, sendo não civilizados, os indígenas

tinham que passar por um teste de “civilização” para serem considerados “civilizados” e assimilados no mundo de língua portuguesa [...]. O teste sublinhava a capacidade de ler, escrever e falar português “corretamente”; ter um emprego assalariado; ter “bom comportamento” e abandonar os “usos e costumes tribais”. Por ironia, o critério mesmo de alfabetização e influência em Português claramente desqualificava um número significativo dos próprios portugueses – cerca de 70% da população de Portugal em 1920 e 67% de seus cidadãos em 1930 (MENDY, 2012, p. 22).

Acontece também que

ser “civilizado” significava, fundamentalmente a interiorização dos pressupostos mais racistas dos portugueses. No principal, os civilizados permaneciam espiritual e psicologicamente amputados da África, de tal forma que os esforços especiais tiveram de ser feitos para “reafricanizá-los” (MENDY, 2012, p. 22).

É importante apontar aqui, a situação de atraso que a Guiné-Bissau apresentava na década de 1950, relativamente a investimentos nos setores de transporte marítimo, de infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, e industriais. A Guiné nessa altura nem sequer tinha um porto. Disponha de dois embarcadouros (um desses era fluvial). O caminho de ferro era inexistente, havia apenas uma estrada alcatroada de 60 km de Bissau a Mansoa, com outros 10 km alcatroados mais tarde, em 1954. A Guiné não dispunha de indústria (PAIGC, 1974, p. 128).

Com relação a infraestrutura hospitalar e a situação de ensino, Lopes (1987) observa que a Guiné tinha o privilégio de usufruir apenas de um hospital; e o ensino era confiado às “missões evangelizadoras” da igreja católica, contando com 1979 alunos distribuídos por 55 escolas, das quais 45 estavam em situação precária (LOPES, 1987, p. 42).

A razão desse atraso explica-se pelas características particulares que faziam do colonialismo português o tipo mais bárbaro e mais retrógrado (PAIGC, 1974, p. 126). E ao contrário da França que na década de 50 renunciava a política de manter domínio colonial sobre as suas colônias (por meio de uso de métodos repressivos e violentos massacres em 1940), recorrendo a negociações pacíficas e ao voto, os colonialistas portugueses por seu lado, mantiveram uma política que baseava na manutenção a todo custo de suas colônias. E quanto ao surgimento dos partidos políticos nas suas colônias de África, importa observar que isso apenas foi possível no final dos anos de 1950, mais tardia, tendo em conta a medida de contenção pautada na violência contra qualquer agitação anticolonialista (SURET CANALE e ADU BOAHEN, 2010, p. 219-220).

Importa destacar que foi nesse contexto de década de 50 que a vaga do nacionalismo guineense surgiu, influenciado acima de tudo pela evolução política no Senegal e na Guiné

francesa (atual Guiné-Conakry), embora as organizações surgidas tenham tido um carácter incipiente, refletindo todas um dado idealismo (PEREIRA, 2003, p. 84 ver também AMADO, 2006, p. 1).

Leopoldo Amado (2011) salienta que depois da II Guerra Mundial, tinham-se registrado uma onda “de revoltas populares na Guiné ‘portuguesa’ contra o aparelho colonial, nomeadamente, revoltas contra as mortandades e chacinas” executados “por alguns administradores de Concelhos, dos quais se destaca a grande revolta ocorrida em Dezembro de 1950 contra às práticas do Administrador António Pereira”. Pereira foi julgado depois, na época do Governador Vaz Monteiro, em razão da dimensão que tais protestos tinham assumido na altura. Dessa época data a fundação do Partido Socialista Guineense por José Ferreira de Lacerda Júnior, referido pelos nacionalistas Rafael Barbosa e Elisée Turpin, apesar de não serem praticamente conhecidas nenhuma ações desse partido. “Na esteira dessas reivindicações”, tinha-se registrado alguma agitação no período das eleições presidenciais portuguesas de 1959, na qual tinha sido “inequívoca o apoio dos guineenses ao candidato [oposicionista] Humberto Delgado” apesar das “medidas tomadas pela PIDE para que não se verificasse nenhuma votação nesse sentido” (AMADO, 2016, p. 1).

Amado acrescenta ainda que

Se por um lado os ventos da mudança afectaram inquestionavelmente a consciência nacionalista dos guineenses, por outro, é indubitável de que na Guiné-Bissau, a pedra de toque das reivindicações nacionalistas está intimamente ligada ao regresso de Amílcar Cabral a Bissau em 20.9.52, no navio “Ana Mafalda”, tinha ele 34 anos. Na realidade, foi ele que veio a dar forma e substância a essas reivindicações, não apenas em virtude de toda a socialização política de que foi alvo, e que se realizou em Portugal ainda quando era estudante de agronomia – seja junto a Casa dos Estudantes do Império, seja junto do Centro de Estudos Africanos – mas também em virtude de acontecimentos ulteriores, sobressaindo-se nestes a forma metódica e racional com que conduziu luta de libertação e independência (AMADO, 2016, p. 1).

No capítulo que se segue, retomaremos a trajetória de Amílcar Cabral e do PAIGC, de cuja criação ele foi o mentor, e a passagem para a luta armada.

2 Da fundação do PAIGC à luta armada

*Falar de Amílcar Cabral, homenagear Amílcar Cabral, é
pois falar da luta do povo, falar do seu grande partido, o
PAIGC, falar do combate exemplar que dum maneira
exemplar ele dirigiu.*

Samora Machel (1974)

Abrimos este capítulo com o texto em epígrafe, retirado no discurso de Samora Machel (líder nacionalista e primeiro presidente da República de Moçambique), proferido no simpósio de homenagem ao Amílcar Cabral em Conakry, a 31 de Janeiro de 1973. É notável nas palavras de Machel que a história de Amílcar Cabral está entrelaçada a do seu povo e do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, de cuja fundação ele foi mentor, e da luta que dum maneira exemplar soube dirigir.

2.1 O fundador



Ilustração 2. Amílcar Cabral, Boké, 1971¹

Esse ponto não se trata de elaborar uma biografia completa sobre Amílcar, entendemos que isso está a cargo dos biógrafos, e também já foi trabalhado nas obras de Antônio Tomás (2007) e de Julião Soares Sousa (2011). O nosso propósito é de apresentar para o leitor, em síntese biográfica, a figura de Amílcar Cabral, “o homem da unidade do povo da Guiné e de Cabo Verde” (MACHEL, 1983, f. 4).

Segundo o historiador José Neves, entre muitas figuras nascidas no período pós I Guerra Mundial, destacadas pela historiografia como “grandes personalidades do Século XX”, Amílcar Cabral faz parte do grupo “dos poucos a quem não é fácil hoje atribuir-se uma nacionalidade”. O poder colonial português foi o único que lhe tinha reconhecido a nacionalidade, mas Cabral sempre a tinha recusado. A sua participação no movimento anticolonialista ficava marcada pelo facto de ter fundado o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que não se definia nacionalmente, mas sim

¹ Fonte: PT FMS DAC, 05345.002.026.

continentalmente e que lutava pela independência de Guiné e Cabo Verde (NEVES, 1996, p. 5).

Nascido no dia 12 de setembro de 1924 em Bafatá (Guiné-Bissau), sua família era de “assimilados”. O seu pai era de origem cabo-verdiana e a sua mãe, nativa da Guiné. Em 1932 (VILLEN, 2013, p. 126), apenas com 8 anos de idade, tinha saído com a família para a ilha de São Tiago (Cabo Verde), onde Cabral tinha completado o seu estudo primário. No ano letivo de 1937-1938, tinha sido matriculado no Liceu Gil Eanes, na ilha de São Vicente, onde esteve entre melhores alunos. Em 1944, concluiu o seu estudo no mesmo estabelecimento do ensino, qualificado como excelente (CAMPBELL, 2009, p. 2).

Patricia Villen (2013) observa que a origem social de Cabral remetia a um contexto de seca e fome nas ilhas. A sua adolescência tinha sido marcada pela intensa crise de fome vivida na década de 40 do século XX, que tinha causado a morte de cerca de 50 mil habitantes e uma emigração massiva dos cabo-verdianos (VILLEN, 2013, p. 126).

Sensível àquele contexto

socioeconômico de aridez geográfico e miséria social, e indignado pela diferença de desprezo da administração colonial, Cabral decide, em 1945, partir para Lisboa para estudar Agronomia, pois considerava a questão agrícola um objeto de atenção urgente e, naquele momento, o principal recurso capaz de resolver o problema de fome no país. Como estudante, publica uma série de artigos nos quais focaliza os problemas agrícolas de Cabo Verde e propõe soluções para o desenvolvimento e o melhoramento das condições de vida das massas populares (VILLEN, 2013, p. 126).

Depois da sua chegada em Lisboa em 1945, data em que iniciava os estudos universitários no Instituto Superior de Agronomia, manifestava uma grande preocupação em fazer parte das correntes de pensamento político e cultural que agitavam o mundo. Participava na campanha pela paz, nos movimentos dos jovens progressistas, principalmente, no assentamento das bases para a conscientização dos estudantes africanos (PT FMS DAC 04602.130).

Na época das férias de 1949, tinha dirigido um programa cultural de rádio em Cabo Verde (na Praia), que tinha tido uma repercussão considerável em todos os meios sociais das ilhas, o que fez com que as autoridades coloniais tenham proibido a sua divulgação (PT FMS DAC 04602.130).

Ao longo do tempo em que esteve em Lisboa, Amílcar Cabral ligou-se a um grupo de companheiros, estudantes africanos oriundos das colônias portuguesas, que tinham travado várias lutas no sentido de reencontrarem as suas raízes africanas e de adotarem conjuntamente

os meios apropriados a luta contra o colonialismo. Foi nesta perspectiva que tinham procurado revitalizar a “Casa d’África”, e organizavam várias iniciativas culturais na Casa dos Estudantes do Império (CEI) (PT FMS DAC 04602.130).

Patricia Villen (2013) afirma que foi em Lisboa que Cabral, sendo o único estudante negro do grupo, constituiu

as bases da própria formação cultural e política, participando ativamente das reuniões estudantis da resistência antifascista. Ao lado de outros estudantes provenientes das colônias portuguesas, em particular Mário de Andrade, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, ele entra em contato com os vetores culturais da reafirmação dos espíritos do movimento da negritude dirigido por Léopoldo Sédar Senghor, com suas proclamações sobre o necessário redespertar da civilização negra e a reapropriação da história e da identidade africanas (VILLÉN, 2013, p. 126).

Entre 1952 e 1954, Amílcar Cabral, tornou-se responsável de um recenseamento agrícola das diversas regiões da Guiné-Bissau, o que lhe tinha favorecido um profundo conhecimento da realidade econômica e sociocultural das diversas etnias e também “reconhecer os fundamentos essenciais das motivações para uma luta contra a dominação colonial” (VILLÉN, 2013). O historiador José Neves (1999), por seu lado, argumenta que o tempo do recenseamento agrícola e do inquérito rural foi para Amílcar um tempo de aprendizagem, de conhecimento e de ação “a partir de baixo”. Para lá dos relatórios que resultavam do inquérito, Cabral praticava uma “etnografia espontânea” que ia se implicar em todos os seus escritos doravante, analisando a estrutura social da Guiné, “a sua organização econômica e social, os universos religiosos, as variedades étnicas e as hierarquias de poder”, e as diferentes “formas de organização social e a desigualdade de poder” que a atravessavam internamente, as quais eram “observadas e identificadas” (NEVES, 1999, p. 5).

O seu trabalho de mobilização popular começou com a criação da primeira Associação Esportiva, Recreativa e Cultural na Guiné, em 1954 [grifo nosso], aberta ao público independentemente da sua condição social de assimilado ou de indígena. Tal Associação foi logo declarada ilegal pelas autoridades portuguesas. A pressão da administração colonial sobre Cabral forçou-o a abandonar o país. Em 1956, participou da Conferência de Bandung, onde estabeleceu contato com os dirigentes anticolonialistas e conheceu o quadro afro-asiático de discussões e apoio aos movimentos anticolonialistas. (VILLEN, 2013, p. 127; ver também MACHEL, 1983, f. 2).

Villen acrescenta ainda que foi a partir daquele momento que Amílcar começou a dedicar a sua vida integralmente à causa da libertação da Guiné e de Cabo Verde, apostando na

organização conjunta de uma estratégia unitária de luta com as outras colônias portuguesas. “Entender a realidade do País para transformá-la”: era o “corolário” da sua teoria, que na verdade poderia apenas ser entendida quando relacionada com a luta de libertação nacional promovida pelo Partido Africano da Independência (PAI), do qual tinha sido o fundador em 1956, em colaboração com seu irmão Luís Cabral e Aristides Pereira, transformado na década de 60 do século XX pelo acréscimo das letras GC, em Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Durante aqueles anos, um acontecimento ímpar tinha marcado as direções da luta anticolonial dirigida pelo partido, que no início empregava métodos pacíficos na sua reivindicação:

a sua primeira ação política contra o governo colonial português foi a realização da greve dos trabalhadores do Porto de Pindjiguiti para reivindicar aumento dos salários. A aludida ação política era estratégia pelo fato de esse porto ser historicamente o lugar principal de entrada e de saída de mercadorias na Guiné. [...]. Era de se esperar que a resposta do governo português fosse – e foi – do mesmo porte: 50 manifestantes mortos e centenas de feridos pelo exército colonial português. E foi em função desse episódio de repressão brutal que o partido se decidiu pela mobilização para dar início a luta armada contra o poder colonial português (VILLEN, 2013, p. 127-128).

Tal mudança de estratégia de luta estava também relacionada “ao contexto mais amplo de choque armado contra o colonialismo francês na Argélia”, um acontecimento histórico que tinha provocado simultaneamente o aumento da “repressão por todos os sistemas coloniais contra os movimentos africanos de libertação nacional”. Não só, naqueles anos, a revolução africana começava a enfrentar ameaça dos golpes de Estado ocorridos em países já libertados, tomando como referência caso do “assassinato de Patrice Lumumba, dirigente político, teórico anticolonial e também primeiro-ministro da República Democrática do Congo” (VILLEN, 2013, p. 128).

No início dos 60 do século XX, Cabral começava “a exercer o seu papel de publicista internacional, iniciando no exterior” uma campanha contra o colonialismo e de denúncia dos crimes cometidos por Portugal nas suas colônias de África, particularmente na Guiné e em Cabo Verde, visando conseguir ajuda externa para a luta nacionalista. Nesses anos, o partido tentava procurar a independência por via pacífica, através do envio, em 1961, ao governo português de uma proposta oficial de retirada programada nos territórios ainda sob a sua ocupação, envolvendo diretamente a Organização das Nações Unidas (ONU). Face à rejeição da proposta por parte das autoridades portuguesas, “inevitavelmente explode a guerra de libertação”, desencadeada no território da Guiné e que teria o seu fim depois de dez anos de

dolorosos confrontos armados, e o assassinato do seu líder em circunstâncias ainda por explicar, em 20 de Janeiro de 1973 (VILLEN, 2013, p. 128-129).

Mesmo depois da morte, a sua história permanece viva. Já se foram 42 anos depois do seu assassinato em 20 de Janeiro de 1973. Segundo Lars Rudebeck (2012),

raras vezes o seu nome é mencionado internacionalmente, em contraste com o que acontecia naquela época. Contudo, o seu significado histórico continua intacto, não só como um líder de destaque da descolonização da África, mas também como um pensador político, como um estrategista de extraordinário mérito. Embora tenha almejado e alcançado os seus objetivos concretos mais imediatos limites geográficos daqueles dois Países. Entre as figuras proeminentes da história da África moderna, Cabral é de fato único na sua capacidade de integrar a teoria e a prática política num todo coerente combinado, como ele fez os elementos do marxismo clássico com a teoria da dependência neomarxista numa análise original da realidade social e aplicando habilmente essa simbiose na missão concreta de descolonização da sua terra natal (RUDEBECK, 2012, p. 133).

Acreditamos que é o papel da nova geração guineense, cabo-verdiana e outros que já o conhecem ou ainda desejam conhecer, não deixar apagar a sua história. A maior retribuição que essa geração possa fazer para Cabral, é o resgate da sua história.

Não obstante os trabalhos já produzidos ao seu respeito, nunca é demais produzir ainda sobre ele. Levar a discussão dos seus textos, mas de ponto vista crítico, para espaços como da Universidade. É o que tentamos fazer neste trabalho. Segundo Peter Karibe Mendy (2012), “a Guiné-Bissau colonial, ou Guiné ‘portuguesa”, como era designada pelos portugueses, tinha sido

não só o País natal de Amílcar Cabral, mas também o ambiente em que fez história. Cabral ka muri, Cabral não morreu, é um dito popular na Guiné-Bissau, para invocar o espírito de luta e sacrifício por ele ressuscitado. Embora o trágico drama que ainda se desenrola na Guiné-Bissau possa parecer uma afronta á memória dele e de seus companheiros que pagaram o mais alto preço no combate para libertar guineenses e cabo-verdianos da brutal dominação portuguesa, Cabral continua sendo uma fonte de inspiração para as forças progressistas no que se refere à mudança significativa, não só na Guiné-Bissau, mas também no resto da África (MENDY, 2012, p. 15-16).

Para contextualizarmos os discursos de Amílcar Cabral em torno da unidade e luta para independência da Guiné e Cabo Verde, dos quais propomos alisar no terceiro capítulo, faz-se necessário discutirmos nos pontos que se segue sobre a fundação do PAIGC e o processos de suas lutas para independência binacional.

2.2 PAIGC e suas lutas

Nesse ponto propomos retomar a discussão um pouco aprofundado sobre a criação do PAIGC e de suas lutas já mencionadas no ponto anterior. Neste, Fazemos a questão de trazer a contribuição que algumas pesquisas recentes trazem em relação à data de fundação de PAIGC, tida na versão oficial como 1956, e que tem sido reproduzida nos documentos oficiais do partido e nos jornais. Do mesmo modo, apontar algumas correções feitas relativamente a versão que atribui ao PAIGC a paternidade do acontecimento de 3 de Agosto de 1959, que ficou conhecido como Massacre de Pindjiguiti.

Segundo a versão oficial, a 19 de Setembro de 1956, Amílcar Cabral criou em Bissau, com outros cinco companheiros, o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde). E com a criação desse partido, aparecia pela primeira vez na história do povo da Guiné e Cabo Verde uma organização de luta que se propunha não apenas unir por um lado o povo da Guiné e por outro lado o de Cabo Verde contra o colonialismo português, mas unir debaixo de uma única direção os dois povos em estreita e íntima ligação. E tendo em conta as características históricas daquela época e a realidade objetiva na Guiné e em Cabo Verde, o PAIGC traçou como objetivo:

1. a liquidação da dominação colonial portuguesa; 2. a criação das bases indispensáveis para a construção duma vida nova para o povo da Guiné e Cabo Verde; 3. a construção da paz, do bem-estar e do progresso contínuo do povo da Guiné e de Cabo Verde. [...] (PAIGC, 1974, p. 140-141).

Mas algumas pesquisas recentes, apresentam controvérsias em relação a essa data de 19 de Setembro de 1956, tida como a data oficial da fundação do PAIGC, como podemos observar apenas no trabalho de Antônio E. Duarte Silva (2006), intitulada Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. Nesse trabalho, Silva repete que segundo a fonte oficial, numa reunião que aconteceu na tarde do Domingo, a 19 de Outubro de 1956, Amílcar Cabral interferindo no meio dos companheiros convocados para o encontro, sugeriu a criação de um partido político visando a independência dos dois territórios (Guiné e Cabo Verde) e a união dos seus povos, no quadro da unidade africana. Seria nesse caso o Partido Africano da Independência (PAI).

Este autor acrescenta que a reunião tinha durado uma hora, com pouco participantes, cuja maioria era de origem cabo-verdiana, mas não havia nenhum documento que comprova essa versão. E não havia também, “nem sequer o consenso” em relação ao número de “fundadores”,

nem quanto ao alcance efetivo da reunião: para além da intenção de fundar um Partido político, as principais medidas limitaram-se ao incentivo da preparação teórica pela leitura (em grupo), a uma incipiente distribuição de tarefas e à escolha de pseudônimo (SILVA, 2006. p. 8).

Para Silva,

a fundação do PAIGC (sigla adoptada a partir de Outubro de 1960) tem de ser vista como um processo amplo e com antecedentes, onde intervieram variadas personalidades, e que só se concluirá pela afirmação pública e organizacional do PAI/PAIGC no decurso de 1960. Esta reunião de 19 de Setembro de 1956 e a intervenção de Amílcar Cabral terão sido — como decorre dos testemunhos coetâneos, incluindo os do próprio — apenas o momento do lançamento do PAIGC como ideia e organização nacionalista e, portanto, o seu essencial «momento constituinte» (SILVA, 2006, p. 8).

Conforme Silva, pela aparência, aquele PAI guineense era “gêmeo” do partido cuja denominação era a mesma, fundada na mesma ocasião no Senegal por vários ex-estudantes em França e colocada na vaga pan-africana que agitava a África negra. E concluiu que o PAI só vai afirmar publicamente como Partido no momento:

Das intervenções (e respectivos trabalhos preparatórios) dos representantes do Movimento Anticolonialista (MAC) na Conferência pan-africana, realizada em Túnis, em fins de Janeiro de 1960. Assim acontece, além do mais, no (adiado) texto definitivo do *Manifesto do MAC* onde o PAI aparece, ao lado do MPLA, como um dos fundadores do MAC, de que ambos constituíam «a estrutura basilar»; depois, nos documentos apresentados ou aprovados em Tunes e, sobretudo, a propósito da substituição do MAC pela Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). (SILVA, 2006 p. 15).

E ainda, “entre Londres e Conacri, de Pequim à sede da ONU”, o ano de 1960 ficou “marcado pela denúncia internacional do colonialismo português e pela imposição do PAI”. Após isso, na ‘Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas’, ocorrida em Dacar em outubro de 1960, “o PAI altera definitivamente a sigla para PAIGC”, sobretudo por dois motivos: primeiro, “para reafirmar a política de Unidade Guiné-Cabo Verde”; segundo, “para se demarcar do PAI senegalês”, e prepara a luta total pela independência” (SILVA, 2006, p. 15).

Portanto, estamos perante duas versões contraditórias, que atualmente geram a discussão na historiografia de luta de libertação. O nosso trabalho resume apenas em apresentá-las, sem fazer o juízo de valor do que é ou não a verdadeira data da fundação do PAIGC: a primeira versão, é da fonte oficial que apresenta a data de fundação do Partido Africano para a independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 19 de Outubro de 1956, e muito repetida na historiografia da luta de libertação. A segunda é das pesquisas recentes, das quais

analisamos apenas o trabalho de Silva (2006), que revela que o PAIGC, não foi fundado na data de 19 e Outubro de 1956, afirmada pela fonte oficial. Neste, Silva aponta a década de 1960, como a data da primeira aparição documental do PAI e não do PAIGC, na conferência pan-africana realizada em Túnis, em final do mês de Janeiro do mesmo ano. E em Outubro do mesmo ano na ‘Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas’, ocorrida em Dacar em outubro de 1960, o PAI altera a sigla para PAIGC (Partido africano da Independência de Guiné e Cabo Verde). E foi nesse momento que ele consolidou a sua fundação e prepara a luta para a libertação dos povos guineenses e cabo-verdianos.

2.2.1 Luta urbana e mobilização política

Segundo a versão oficial, repetidas em vários trabalhos, o Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo (PAIGC), logo que foi fundado por Amílcar Cabral e mais cinco companheiros, tinha concentrado as suas primeiras atividades, de 1956 a 1959, na luta pacífica nas zonas urbanas. No dia 3 Agosto de 1959, os marinheiros e estivadores do porto de Pindjiguiti entraram em greve, exigindo melhorias de condição salariais e de trabalho, e foram obrigados a regressar ao trabalho por meios repressivos e violentos, que causaram a morte de “cinquenta grevistas e um número maior de feridos. Este acontecimento ficou conhecido por Massacre de Pindjiguiti. A violenta repressão contra os grevistas levou o PAIGC a uma reflexão crítica e abandono de métodos pacíficos, recorrendo à mobilização dos camponeses para a luta armada como caminho para conquista da independência, (SURET CANALE e ADU BOAHEN, 2010, p. 220 ver também MENDY, 2012, p. 27).

Algumas pesquisas recentes, porém, revelam que o PAIGC não teve nenhum vínculo com os acontecimentos que marcaram o Massacre de Pindjiguiti. Mas por questão também de economia de tempo, não vamos entrar em abordagem detalhada de cada um desses trabalhos. Colocamos essa questão apenas para ilustrar como ela está sendo debatida na atualidade. Para isso trazemos apenas a contribuição do historiador guineense Leopoldo Amado (2006), em que ele afirma que:

Como quer que seja, é dado adquirido que o PAI, enquanto tal, até pelo hiato referido que caracterizou a sua quase inacção entre 1956 e 1959, não teve, pelo menos directamente, uma acção ou influência decisivas nas acções que viriam a desembocar em Pindjiguiti. Diferentemente do PAI, a mesma asserção já não pode aferirse relativamente ao MLG [Movimento de Libertação da Guiné] que teve, de facto, uma assinalável e directa participação directa nos acontecimentos. Efectivamente, activistas do MLG tais como César Mário Fernandes (empregado do tráfego do cais de Pindjiguiti), Paulo Gomes Fernandes e José Francisco Gomes tinham-se há muito empenhado em acções de discreta mobilização e consciencialização

política dos trabalhadores portuários em geral e dos marinheiros e estivadores do cais de Pindjiguiti em particular. [...]. Assim, a reivindicação a posteriori da paternidade de Pindjiguiti por parte do PAI(GC) só se pode compreender na medida em que o MLG como o PAIGC partilhavam indistintamente o mesmo espaço político [...] (AMADO, 2006, p. 3).

Retomando o assunto de mobilização dos camponeses para luta armada, vale observar que isso foi na medida em que o PAIGC chegou à conclusão que o único caminho capaz de levar ao alcance da independência nacional era a luta armada. Daí que o partido sentiu a necessidade de mobilizar e organizar as populações do campo, a principal força física da luta de libertação nacional, a mobilização dos emigrados residentes nos países vizinhos, e, iniciou uma política de preparação de grandes números quadros, no exterior, como no interior. Na necessidade de segurança por alguns dirigentes, garantir apoios políticos e obter meios necessários para o avanço da luta, o PAIGC transferiu o seu secretariado para o sul da fronteira, em Guiné Conakry, país africano recém-independe (PAIGC 1974, p. 148-149 e MENDY, 2012, p. 27).

Em Conakry, o PAIGC criou o então chamado Lar dos Combatentes que recebia voluntários que ali chegavam para receber explicações sobre os objetivos da luta que se pensava pôr em ação contra o colonialismo português (PEREIRA, 2003, p. 141-142).

Cessando o trabalho de preparação ideológica e política, os jovens militantes que tinham passado pelo Lar dos Combatentes regressavam para o mato em missão de mobilização dos camponeses, cuja maioria acolhia com entusiasmo a mensagem e aderira ao movimento para a libertação nacional. O sucesso desta mobilização baseou-se no uso que Cabral tinha feito do seu profundo conhecimento da realidade local, na medida em o Recenseamento Agrícola conduzido por ele, o tinha permitido, lado a lado, desenvolver um trabalho político de aproximadamente dois anos (PEREIRA, 2003, p. 141-145).

Por outro lado, é importante destacar que Conakry (capital da Guiné), recebeu não apenas o escritório dos nacionalistas guineenses. Acolheu também grupos nacionalistas de outras colônias portuguesas na África. Aliás, segundo historiador Fábio Baqueiro Figueiredo (2008), os primeiros a chegar a Conacri foram os angolanos, a partir da inserção em Conacri, como médico, de Hugo de Meneses (sãotomense, mas fundador do MPLA). Meneses conseguiu acesso ao Secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores da África Negra da Guiné-Conacri (Diallo Seydou), e por meio deste a Sekou Touré. Lúcio Lara foi para Conacri logo depois da conferência de Tunes (onde Sékou Touré encontrou os angolanos, guineenses e caboverdianos), e estabeleceu o escritório do MPLA, que abrigou os primeiros dirigentes do

PAICG em Conacri (FIGUEIREDO, 2008). Para termos a ideia de como ocorreu esse processo preferimos citar os trechos do artigo desse autor:

Na Tunísia, foi tomada pela primeira vez uma resolução internacional condenando o colonialismo português em termos veementes. [...].

Nesse meio tempo, os integrantes do MPLA buscavam implantar um escritório em solo africano, terminando por se fixar em Conacri. O primeiro passo nesse sentido havia sido o estabelecimento, no ano anterior, de um integrante do MAC na capital da Guiné – enquanto médico, não enquanto nacionalista. Após se formar, o sãotomense Hugo de Meneses havia passado uma temporada em Londres, onde entrou em contato com o Comité das Organizações africanas (Committee of African Organizations – CAO), que reunia nacionalistas e estudantes africanos das colônias britânicas. Meneses buscou inserir a problemática das colônias portuguesas na luta mais geral pela descolonização africana e, desta forma, entrou em contato com Lúcio Lara. Enquanto escrevia relatórios sobre a triste figura que fazia o colonialismo português em termos de suas pretensões civilizatórias, acalentava a esperança de poder estabelecer-se na Guiné ou em Gana. [...]. Lúcio Lara havia enviado em abril memorandos aos governos de Acra e Conacri, solicitando permissão para abertura de escritório oficialmente reconhecido em cada uma das capitais. Num primeiro momento, o contato com o Gana pareceu oferecer melhores perspectivas, mas o ano se passou sem que houvesse resultados práticos. [...]. (FIGUEIREDO 2008, p. 22-23).

E ainda,

Ao fim de dois meses, [...], uma inconclusiva troca de cartas com o governo de Nkrumah deixara aos integrantes do MAC uma série de dificuldades burocráticas por resolver, de passagens a visto de entrada. Dessa forma, quando diversos membros do MAC se encontraram em Túnis, vindo de locais diversos, para assistir à Segunda Conferência Pan-africana, em Janeiro de 1960, consideravam seriamente a possibilidade de abrir um escritório no Cairo ou própria Tunísia, apesar da distância – física e cultural – da realidade das colônias portuguesas na África. A receptividade demonstrada a partir de Janeiro de 1960 pelo governo de Conacri resolveu a questão da Sede do MAC, tornado FRAIN do decurso da conferência. Ali, os delegados enviados pela Guiné ouviram Mário de Andrade ler, de forma ligeiramente modificada, um documento que já havia chegado às mãos do Secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores da África Negra (Union Generale des Traivailleurs d’Afrique Noir – UGTAN), o guineense Diallo Seydou. Seydou buscara confirmar as informações fornecidas pelos “trabalhadores de Angola” junto a Hugo de Meneses, que ocupava o posto de médico em um hospital da capital. Isso e as aproximações feitas junto a Sékou Touré por Amílcar Cabral, no retorno de sua falhada missão de recrutamento de guerrilheiros em Angola, provavelmente fizeram com que o governo da Guiné se decidisse por acolher, imediatamente após a conferência, Viriato da Cruz e próprio Cabral, que prepararam o terreno para o estabelecimento de um escritório da FRAIN, em julho, de modo que, quando finalmente o governo de Gana deu permissão de entrada a Viriato da Cruz e a Lúcio Lara, em fevereiro de 1960, as negociações com a Guiné já estavam adiantadas. Lara efetivamente foi a Acra, em fins de junho, em busca de apoio financeiro

e suporte logístico para o financiamento do escritório de Conacri, mas suas movimentações novamente não resultaram em nada concreto (FIGUEIREDO, 2008, p. 23-24).

Em outubro de 1961, o PAIGC tinha voltado suas atenções para as relações políticas internacionais, tinha apresentado em Outubro do mesmo ano um memorando à XVI Assembleia Geral da ONU, pedindo que esse fizesse valer a resolução da “outorga da independência aos países e povos coloniais”. Na mesma altura, tinha enviado uma Carta Aberta ao Governo Português, pedindo a negociação política da independência. Mas a resposta do deste foi mais agravante. Isso tinha levado PAIGC ao fortalecimento de sua estrutura organizativa, recebendo ajuda da China, de Gana e do Marrocos. E, tinha demonstrado a potencialidade da sua radicalização ao declarar publicamente em Agosto de 1961, a passagem da fase da luta política para revolta armada. Nesse mesmo ano tinha voltado para a mobilização do povo do sul, conquistando a confiança dos camponeses e tinha iniciado o recrutamento da população local. Estabelecia também contatos com os movimentos das outras províncias portuguesas e ganhava o apoio de organizações internacionais (HERNANDEZ, 2007, p. 544-545).

Em 1962, tinha realizado uma Assembleia dos quadros dirigentes, propondo discutir a revisão dos seus estatutos; dos recursos técnicos materiais necessários para o processo de mobilização e a análise da situação cabo-verdiana, e com destaque para preparação de quadros para o desencadeamento da luta em Cabo Verde. (HERNANDEZ, 2007, p. 545).

Segundo John Woollacott (1983), embora se possa afirmar com toda certeza que as guerras de libertação das colônias portuguesas na África tinham contribuído no declínio da ditadura salazarista, é importante observar que a luta de libertação não se deu de maneira igual em todos territórios coloniais. Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe não existiam condições de se iniciar a luta armada. Em Angola, “a joia do Império lusitano”, o movimento nacionalista estava à beira de desvantagem em razão da “existência de organizações rivais antagônicas” e as cisões “internas e clivagens políticas”. Em Moçambique, a Frelimo também era abalada pelas lutas internas e durante um longo período estava confinada à sua base do Norte, no Niassa e em Cabo Delgado, vizinho à fronteira com a Tanzânia. Apenas em 1972, depois de ter afastado o “nó górdio”, ofensiva militar portuguesa, que lhe tinha sido possível avançar com a guerra para o sul e abrir novas frentes. Na Guiné, o regime colonial enfrentava a perspectiva de uma derrota e um desastre total, tanto no domínio militar quanto no político e diplomático (WOOLLACOTT, 1983, p. 3).

O sucesso do PAIGC, pode ser explicada a partir dos “fatores históricos e geográficos” que tinham favorecido o desenvolvimento da luta de libertação na Guiné, ao contrário do que tinha ocorrido na Angola e Moçambique:

a maior parte do interior do país era inacessível aos Portugueses, fornecendo um excelente terreno para a guerra de guerrilha, e a independência da Guiné-Conakry (1958) e a do Senegal (1960) proporcionaram ao PAIGC um refúgio seguro a norte, a leste e a sul, bem como valiosas bases tanto para treino militar como para fornecimentos de material bélico, emissões de propaganda, etc.(WOOLLACOTT, 1983, p. 3).

E mais, contrariamente do que ocorreu noutras colônias portuguesas de África, na Guiné não houve uma dominação efetiva do colonialismo português. A hostilidade do ambiente físico e do clima, a carência de recursos naturais e a prolongada resistência das populações indígenas à colonização, tinham impedido estabelecimento de domínio colonial em todo território da Guiné, no qual as contradições étnicas e de classes, provavelmente eram menos patentes do que em Angola. Provavelmente, o principal motivo do sucesso do PAIGC na luta deve estar na base de qualidade da sua organização política e da sua liderança, em destaque as extraordinárias capacidades do seu secretário geral, Amílcar Cabral (WOOLLACOTT, 1983, p. 3-4).

2.2.2 Luta armada

No dia 23 de Janeiro de 1963, iniciou a luta armada de libertação nacional, com o primeiro ataque dos combatentes do PAIGC ao quartelamento de Tite, sede administrativa da Circunscrição de Fulacunda. Desde o início da luta o PAIGC tinha recebido apoio externo, sobretudo da qualidade do armamento automático. A solidariedade africana à Guiné crescia cada vez mais, particularmente com criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 25 de Maio de 1963 em Adis Abeba, e do Comité da Libertação Africana (GOUVEIA, s.d).

O ano de 1964 foi marcado pela batalha na ilha de Como, considerada na historiografia de luta libertação na Guiné como um importante acontecimento militar. Ao longo de mais dos três meses o exército português lançou sucessivos ataques sobre as ilhas do Como, de modo a garantir a instalação de uma base estratégica que facilitasse o ataque à frente sul do PAIGC. (WOOLLACOTT, 1983, p. 4). Em resposta aos ataques armados, em Janeiro e Março de 1964, a guerrilha guineense lançou um intenso combate contra o exército português nessa ilha situada a sudoeste do território, acarretando grandes baixas ao colonialismo português ao longo de mais de setenta e cinco dias. Rapidamente esta região tinha-se juntado às chamadas “zonas libertadas”, controladas por PAIGC e tinha João Bernardo Nino Vieira como

comandante das operações e responsável do sul. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 172-173). E nesse mesmo ano de 1964, o movimento de libertação deteve quase metade do território da Guiné dita portuguesa. Foi também mesmo ano que o PAIGC convocou o Congresso de Cassacá. (HERNANDEZ, 2007, p. 545).

Segundo Diana Lima Handem (1989), nos períodos que antecederam o ano 1964, a conjuntura social e política vivida nas zonas libertadas, principalmente na frente sul (Quínara, Cubísseco e Tombali) tinha assinalado à direção do PAIGC a necessidade de redefinição de estratégia de luta e a renovação das estruturas “de intervenção popular nos campos político, militar e social”. Os comandantes militares e comissários políticos tinham-se aproveitado dos seus sucessos militares para ditarem um regulado nas zonas libertadas. E em nome do tribalismo de que faziam uso para fazer funcionar as diferenças étnicas a favor dos seus interesses particulares, tinham explorado as populações, promovendo abusos contra as mulheres e assassinatos daqueles que demonstravam resistência. A partir desse período, muitos elementos da população do campo que haviam-se juntado às fileiras do partido fugiram para as regiões ainda sob ao controle das tropas coloniais (HANDEM, 1987, p. 274).

Para pôr cobro a essa situação contrária aos objetivos políticos definidos pelo PAIGC e dos seus preceitos ideológicos, nomeadamente no que refere à edificação da nação, o PAIGC realizou o seu I Congresso nos dias 13 a 16 de Fevereiro de 1964, em Cassacá. O congresso registrava não apenas uma etapa na sua vida política, como também um momento determinante no esforço de construção da nação (HANDEM, 1987, p. 274 ver também GOUVEIA, s.d).

De acordo com as decisões tomadas no Congresso o partido desenvolveu uma nova fase na luta, tendo formado as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), estruturadas em três ramos diferentes: o Exército Popular, a Guerrilha e a Milícia. Cada um desses possuía a sua respectiva missão:

A missão mais importante do Exército era abrir novas frentes de luta no Leste e no Norte.

A Guerrilha tinha como tarefa fustigar o exército colonial na sua retaguarda e nas localidades onde estava instalado, ou quando saía em patrulhas.

A Milícia Popular tinha a tarefa específica de defesa e segurança das populações das “áreas libertadas”. Nestas áreas eram imprescindíveis acções de apoio concreto às populações, tais como desenvolver actividades escolares e na saúde, para as quais os países amigos ofereciam material escolar e medicamentos (GOUVEIA, s.d).

Relativamente ao programa do PAIGC, foram estabelecidas como suas metas principais:

A independência nacional; com a liquidação da dominação colonialista e imperialista; o regime republicano, democrático, civil, anticolonialista e antiimperialista; a política econômica de estatização e economia centralmente planificada; o Estado com as funções social, previdenciária e de instrução; o monopólio da informação e da política; e o papel do partido como definidor do Estado. (HERNENDEZ, 2007, p. 545).

Doravante, chegariam novos apoios ao PAIGC. O Governo da República da Guiné (atual Guiné Conacry), que no início não tinha tido relações sãs com o PAIGC em consequência da crise do contrabando de armas, tinha colocado à disposição do partido um espaço nos arredores da vila de Boké, no qual tinham sido treinados elementos da guerrilha, escolhidos pelos dirigentes do PAIGC. Da mesma forma o Comité de Libertação da OUA, em colaboração com a República da Guiné, tinha criado em Kindia (a 150 quilômetros de Conacri) um centro para a preparação de combatentes do PAIGC, no qual alguns jovens sem preparação militar foram treinados (GOUVEIA, s.d).

O dia 16 de Novembro de 1964 marcou a criação das primeiras unidades do Exército Popular, com o juramento de fidelidade dos guerrilheiros ao partido,

com o lema “força, luz e guia do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde”, levados a efeito nos arredores do Gabu, com a presença de Amílcar Cabral. À frente das FARP estavam importantes dirigentes do partido, tais como Domingos Ramos, Chico Mendes, Luís Correia, Lúcio Lopes e Honório Fonseca. Com guerrilheiros melhores preparados, novas frentes de batalha foram implementadas no Gabu (local do juramento); no Boé (Madina, Beli, Cheche – mais a Sul); a Leste; em São Domingos (no Norte) (GOUVEIA, s.d).

O recrutamento dos soldados e sua colocação fora das áreas de suas residências tinha criado dificuldades de inadaptação motivadas por questões socioculturais. No Gabu, mais de 40% dos efetivos tinham abandonado as suas unidades, fugindo para as suas regiões de origem. Para sanar estes problemas, os dirigentes do PAIGC optaram por incentivar a aderência voluntária de jovens para combaterem principalmente na sua região. E para reconciliar os problemas visíveis em todas as frentes de luta, Amílcar Cabral tinha promovido, em finais de 1965, uma reunião dos guerrilheiros em todas zonas (Sul, Leste e Norte), tendo como objetivo pronunciar “as orientações e definir a estratégia que, naquela altura, se impunham”. Desses encontros saiu um documento, contendo instruções e palavras de ordem que deveriam ser seguidas pelos combatentes. Tal documento tinha sido intitulado ‘Palavras de Ordem Geral do Secretário-Geral’, tendo matérias desde a luta político e militar até a formação total dos combatentes (GOUVEIA, s.d).

Em 1966, o PAIGC assumia aproximadamente de 60% do território, com uma estimativa de metade de população, dividido militarmente nas frentes norte, sul e leste. No que diz respeito ao aspecto administrativo, a Guiné tinha sido repartida em regiões, zonas e tabancas, com suas estruturas de base, tribunais populares e organismos do partido. Mais ainda, administradores de distritos, concelhos e demais, eram eleitos pelas comunidades locais. Ademais, tinha havido novas formas em relação a “redistribuição do poder”, dirigido para:

A segurança, o controle da população e a mão de obra e para as formas alternativas de produção e abastecimento. Além disso o PAIGC liderou a implementação de novas modalidades de vida social, criando setores de educação e saúde, novo aparato militar e de segurança, e controle dos novos meios de comunicação. (HERNADEZ, 2007, p. 546).

1966 e 1967 foram anos em que o movimento de libertação aumentou o ritmo de seu avanço sobre o território, desta vez direcionando seu ataque para os centros urbanos, a exemplo do ataque ao aeroporto de Bissau. Em 1968, o ataque do exército português tornou-se mais violento. O general António Spínola (então governador-geral da Guiné), por seu lado, desenvolveu uma campanha com a finalidade de granjear a confiança dos guineenses, atraindo a população das regiões através do “Programa Para uma Guiné Melhor”, implementando um acelerado investimento em diversos setores como: “reformas sociais, para alterar o carácter discriminatório e limitado dos setores de educação e saúde; a construção de estrada; e a formação de fortes na fronteira entre as duas Guiné para impedir a entrada de armas e munições para os revolucionários”. (HERNANDEZ, 2007, p. 546).

Em 1970, a Guiné foi palco de bombardeamento, da mesma forma a sede do PAIGC na Guiné-Conakry, causando o enfraquecimento do Governo de Sékou Touré. (HERNANDEZ, 2007, p. 546).

Mas isso não fez recuar o PAIGC. Pelo contrário, o partido deu a resposta em 1971 com atuação das Brigadas de ação política, fazendo chegar os seus princípios políticos ideológicos e os seus objetivos à população das zonas libertadas. Esse novo movimento mostrou que era inevitável o processo da independência, inclusive a “mudança do nome do território para Guiné-Bissau”. Doravante, “os êxitos prevaleceram e, em 1972”, as conquistas de território foram importantes, “processo que continuou a se desenvolver” mesmo com o trágico assassinato de Amílcar Cabral, em Janeiro de 1973. Em 24 de Setembro do mesmo ano, a Assembleia Nacional Popular, na sua primeira reunião, proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. O Estado da República da Guiné-Bissau foi formado sem demora, adotou a sua primeira Constituição e indicou os órgãos do poder executivo. Em Abril

de 1974, um movimento de militares de baixa patente, muitos dos quais tinham lutado na Guiné, derrubou a ditadura portuguesa. Finalmente em 26 de Agosto de 1974, a independência da Guiné-Bissau foi reconhecida pelo novo governo português. (HERNANDEZ, 2007, p. 546-547).

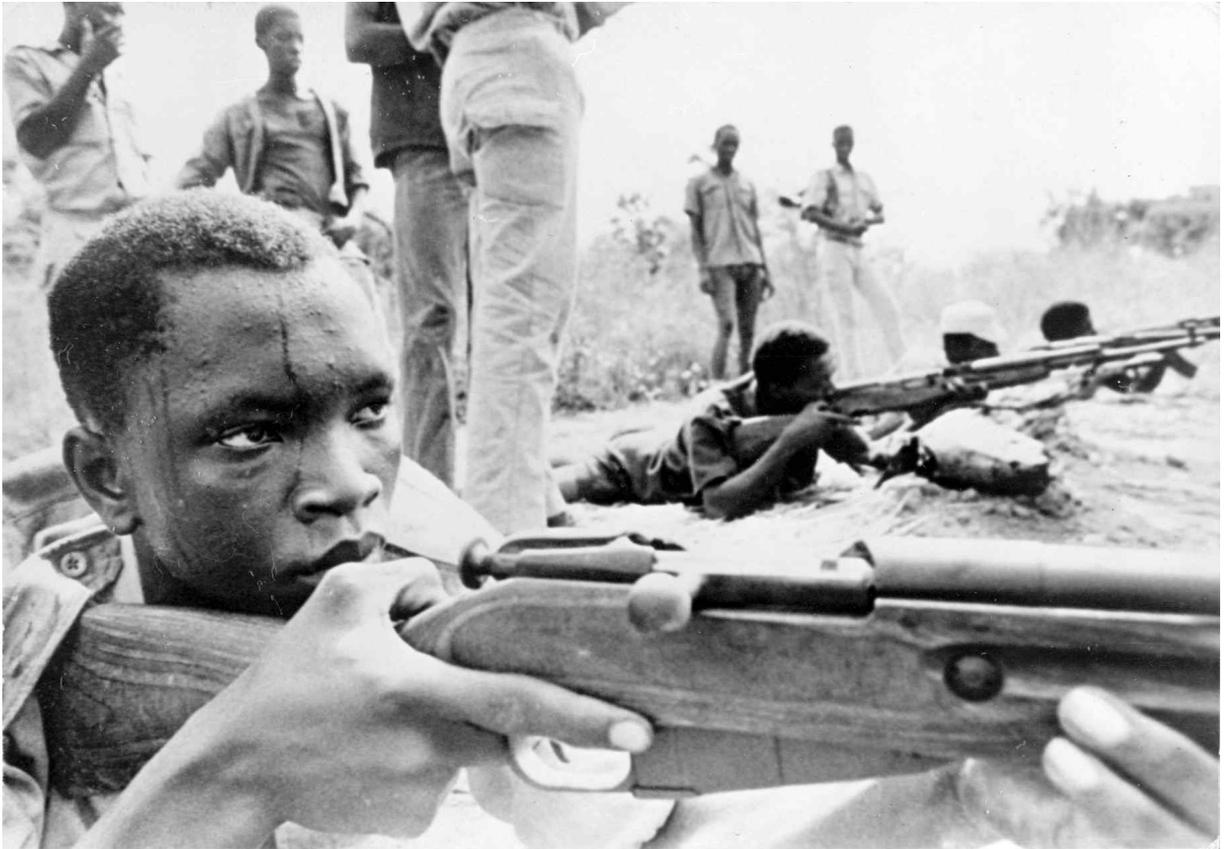


Ilustração 3. Guerrilheiro do PAIGC com arma²

Vale a pena destacar, segundo Samora Machel, nas suas palavras em jeito de homenagem à morte de Amílcar Cabral, que,

A luta para ser vitoriosa, requer, como exigência fundamental, a unidade das forças oprimidas.

Amílcar teve a visão genial de compreender e assumir, de materializar operacionalmente a unidade histórica dos povos da Guiné e Cabo Verde.

Para além das divisões e contradições implantadas e estimuladas pelo colonialismo, Amílcar Cabral soube fazer compreender às largas massas que a Guiné-Bissau e Cabo Verde, com raízes históricas idênticas e associadas à

² Fonte: PT FMS DAC 05222.000.255 .

mesma experiências de sofrimentos e humilhações, deviam unir os seus destinos, combinar as suas energias e ódio, para liquidar a opressão portuguesa, adquirir, a sua personalidade e construir novo futuro.

A unidade que Amílcar Cabral defendeu intransigentemente, adquiriu a sua verdadeira dimensão quando com coragem ele soube fazer da unidade um instrumento operante, a força motriz do desencadeamento da luta armada, a única via para solução do conflito que nos opõe ao colonialismo português.

O desenvolvimento da luta armada como mudança radical de situação exige do dirigente uma visão genial, um grande talento político, uma enorme capacidade organizativa de comunicar às massas (MACHEL, 1983, f. 5).

Portanto, é dessa unidade de que Samora Machel define como “instrumento operante, a força motriz do desencadeamento da luta armada” que pretendemos analisar no capítulo que se segue. O nosso esforço será no sentido de entender como a “unidade” e “luta” foram pensadas no contexto da luta anticolonial por Amílcar Cabral. Paralelamente a isso, buscaremos entender a reformulação do conceito de cultura na perspectiva de Amílcar Cabral.

3 Unidade e luta: combates no mato e na cultura

3.1 Fundamentos e objetivos

Este capítulo objetiva analisar de uma forma crítica os conceitos de “unidade” e “luta” dominantes no pensamento político de Amílcar Cabral, e, em sequência, destacar os fundamentos pelos quais a unidade de Guiné e Cabo Verde foi costurada por Cabral. Importa observar que o nosso olhar analítico sobre os conceitos de “unidade” e “luta”, sobretudo no que se refere à questão da unidade entre Guiné e Cabo Verde, não extravasará o quadro da luta anticolonial. Análises desses conceitos fora do quadro da luta, nos levariam a um trabalho exaustivo que talvez dessem origem a uma outra monografia. Em paralelo, buscaremos também entender a reformulação de que Amílcar Cabral fez do conceito de cultura. Para efetivação das análises dos referidos conceitos, utilizaremos uma coletânea póstuma da sua obra, *A arma da teoria*, na qual constam diversos de seus textos e transcrições de alguns de seus discursos, em diversas ocasiões, dirigidos a diferentes públicos.

No Seminário de Quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, em Conakry, em todos os temas expostos, o da “unidade” e “luta” foi o que mereceu mais atenção no seu pensamento político. Cabral defendia que:

Um primeiro princípio do nosso Partido e da nossa luta [...] é [...] Unidade e Luta [...] que é mesmo a divisa, se quiserem, o lema do nosso partido e da nossa luta. [...] para estudar a fundo o que significa este princípio bastante simples, é preciso sabermos bem o que é a unidade e o que é a luta. E é preciso colocamos, realizarmos o problema da unidade, e o problema da luta num dado lugar, quer dizer, do ponto de vista geográfico, e considerando a sociedade – vida social, econômica, etc. - do ambiente em que queremos aplicar este princípio de unidade e luta (CABRAL, 1974, v.1, p. 117).

Essas palavras denotam o quão importantes eram a “unidade” e “luta” para o PAIGC e para luta armada. O seu estudo requeria um entendimento profundo dos seus sentidos, e suas colocações e realizações também requeriam um determinado lugar conforme palavras de Amílcar Cabral. Cabral dá a entender que os conceitos não são criados no vazio, nascem num contexto-espço que forja suas criações e têm seus determinados significados.

3.1.1 Unidade

Afinal que significa “Unidade” no pensamento político de Amílcar Cabral? O conceito de unidade é definido por Amílcar Cabral em dois sentidos: estático e dinâmico. De ponto de vista estático a unidade não é nada mais

[...] que uma questão de número, por exemplo, se considerarmos o conjunto de garrafas que há no mundo, uma garrafa é uma unidade. Se considerarmos o conjunto de homens que está nesta sala, o camarada Daniel Barreto é uma unidade. [...] (CABRAL, 1974, v. 1, p. 117).

Mas para Amílcar Cabral não era dessa unidade no sentido estático do termo, contrário do que era considerado nos princípios do partido que interessava refletir no Seminário. Portanto, o conceito de unidade visto no princípio do partido era no sentido de que “quaisquer que sejam as diferenças” que existiam, era preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Em outro termos, no princípio do partido a unidade é tomada no sentido dinâmico.

Apesar de o conceito de unidade revelar certa facilidade em termos de sua definição, Cabral recorreu a explicações utilizando exemplos que tornam ainda mais fácil a sua compreensão. Uma desses é o do time de futebol:

Consideremos, por exemplo, um time de futebol que é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa com o seu trabalho concreto para fazer quando o time de futebol joga. São pessoas diferentes umas das outras: temperamentos diferentes, muitas vezes instruções diferentes, alguns não sabem ler nem escrever, outros são doutores ou engenheiros, religiões diferentes, um pode ser muçulmano, outro católico, etc. [...]. Quer dizer, pessoas diferentes umas das outras, [...], mas do mesmo time de futebol. E se esse time de futebol, no momento em que está a jogar, não conseguir realizar a unidade de todos os elementos, não conseguirá ser um time de futebol. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais, um pouco de sua maneira de jogar [...], mas eles têm que obedecer todos a uma coisa: têm que agir em conjunto, para meter golos contra qualquer adversário com quem estiver a jogar, [...]. Se não o fizerem, não é o time de futebol, não é nada. Isto é para verem um exemplo claro de unidade. (CABRAL, 1974, v. 1, p. 118).

A ideia da unidade que Amílcar Cabral nos apresenta a partir do exemplo citado acima é no sentido de que quaisquer que sejam as diferenças existentes no seio de quaisquer agrupamentos social, quer do ponto de vista emocional, cultural e religiosa, deveriam ser traduzidos em espírito de equipe na luta contra qualquer que seja o adversário. Nesse caso, a conjugação de diferenças requeridas por Cabral era em torno do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde. A ideia era a de que todas as diferenças que existiam

ou poderiam ter existido deveriam diluir-se em comunhão em torno do PAIGC, na luta contra o colonialismo português.

Para esse intelectual revolucionário, líder do PAIGC, a necessidade da unidade fundamentava-se na “diferença das coisas”. No caso, se “estas não forem diferentes não é preciso” realizar a unidade, porque “não há problema da unidade” (CABRAL, 1974, v.1, p. 118).

Nesse caso, Cabral deu a entender que o fundamento da unidade de indivíduos dentro de quaisquer agrupamentos ou organização social deveria estar em função da diferença em vários sentidos. Quanto ao seu objetivo, no discurso de Amílcar Cabral não é nada mais que uma pergunta do que resposta, como podemos ver quando ele questiona “qual é o objetivo em torno do qual” se devia “fazer a unidade na nossa terra?” (CABRAL, 1974, v.1, p. 118). Já que a unidade não se tratava daquela necessária a um time de futebol. Portanto, é importante destacar que essa questão não foi respondida. Aliás, Amílcar Cabral não definiu o objetivo em torno do qual a unidade devia ser realizada. No nosso ponto de vista, trata-se duma questão em pendência que requeria uma resposta somente da sua parte. Pois, o que parece ficar claro aqui, é o contexto sobre o qual o conceito da unidade foi elaborada, quando Amílcar Cabral afirma que:

Nós somos um povo, ou membros de um povo, que a certa altura da sua história, tomaram um certo rumo no seu caminho, criaram certos problemas no seu espírito e na sua vida, orientaram a sua acção numa certa direcção puseram certas perguntas e buscaram respostas. Tudo pode ter começado por uma pessoa só, por duas, três, seis. A certa altura, apareceu este problema no nosso seio-Unidade. E o Partido foi tão advertido, quer dizer, entendeu isso tão bem, que no seu próprio lema optou como princípio principal, como base de tudo –unidade e luta (CABRAL, 1974, v.1, p. 118).

Entretanto, podemos também perceber que Cabral mais uma vez, deu a entender que os conceitos de unidade e luta nasceram do contexto da oposição ao colonialismo português.

Com relação à questão de unidade da Guiné e Cabo Verde na luta anticolonial, no dizer de Amílcar Cabral a sua necessidade não tinha surgido no sentido de reunir pessoas diferentes, do ponto de vista de objetivos políticos ou de programas políticos. Em primeiro lugar porque, na própria estrutura dessas sociedades, as diferenças não eram de tamanha grandeza ao ponto de provocarem de tal modo diferenças de objetivos políticos. Em segundo lugar porque, com a dominação estrangeira, e a proibição total que sempre tinha existido ali de criar qualquer partido, não havia partidos diferentes ao ponto de chegarem à necessidade de se unir, e não havia rumos políticos diferentes ao ponto de se caminharem necessariamente na mesma direcção para se reunirem para fazer a unidade (CABRAL, 1974, v.1, p. 118-119).

Antes, a necessidade da unidade de Guiné e Cabo Verde é explicada por Amílcar Cabral de seguinte forma:

o problema da unidade surge na nossa terra, [...], por causa da necessidade de juntar pessoas [...] de situação econômica diferente, apesar de essa diferença não ser tão grande como noutras terras que possuem uma situação social e culturas diferentes, incluindo a religião. Pusemos o problema de unidade na nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos de opor à do inimigo (CABRAL, 1974, v.1, p. 118-119).

O historiador Tchernó Ndjai (2012) afirma que o argumento de Amílcar Cabral a respeito da necessidade de unidade parece só limitar-se “a conveniência fundamental” de conciliação “de forças em contraposição ao inimigo, num sentido de que a união faz a força”. Se assim fosse, “seríamos levados a pensar que Amílcar Cabral, ao privilegiar a dimensão econômica na sua avaliação da diferença entre guineenses e cabo-verdianos, teria tentado” diminuir “o problema crucial de natureza sociopolítico na relação entre Guiné e Cabo Verde que necessariamente, não podia” restringir-se só “ao aspeto econômico”. A visão dessa natureza não refletia a realidade histórica dos povos daquelas duas colônias,

uma vez que cabo-verdianos e guineenses tinham condições de vida diferentes, [...], estavam também submetidos a sistemas jurídicos distintos em que os cabo-verdianos eram cidadãos e os guineenses na sua maioria esmagadora, indígenas [...] (TOMÁS, 2007, p. 109 apud NDJAI, 2012, p. 46).

Ainda para Ndjai, Amílcar Cabral estava pensando em unidade como solução das diferenças sociais e históricas entre guineenses e cabo-verdianos. Para esse autor, Cabral

tinha razão. De fato, sob a dominação colonial, ao colonizado de maneira em geral era vedado o exercício político partidário, sobretudo contra o poder colonial. Mas isso não implicava não ter ideias políticas diferentes, sobretudo em um determinado momento de sua história colonial, quer de colaboração ou rejeição à própria dominação. (NDJAI, 2012, p. 46).

Prosseguindo o nosso olhar sobre a unidade da Guiné e Cabo Verde na luta contra o colonialismo português, é importante destacar que, segundo o historiador guineense Leopoldo Amado (2011), o percurso de Amílcar Cabral até ao momento em que esteve à frente da liderança do PAIGC, tinha enfrentado grandes discordâncias de ponto de vista das ideias políticas entre guineenses e caboverdianos. Nem todo mundo estava de acordo com “os propósitos unitários que ele postulava na Guiné, na luta contra o colonialismo português”. E aqueles que não concordavam acusavam “os cabo-verdianos de terem ajudado os portugueses

na dominação colonial na Guiné, e perante a iminência da independência, pretenderem substituir os colonialistas”. E mais, eram contrários à ideia “da independência imediata porque tal colocaria os guineenses sob a subordinação dos cabo-verdianos, situação essa que originaria a revolta na medida em que os guineenses tinham mais queixas contras os cabo-verdianos do que os portugueses” (AMADO, 2011 apud NDJAI, 2012, p. 47).

Segundo Ndjai (1012), concernente à questão

da independência imediata ou não, importa, contudo, um esclarecimento adicional: na reflexão sobre a independência, havia no pensamento político africano a ideia de gradualismo. Manter certas exigências de reservas para uma etapa posterior. E, para os defensores da independência imediata, tidos como radicais, todas as exigências eram dadas de uma vez por todas (NDJAI, 2012, p. 47-48).

Não resta a menor dúvida de que a “participação dos cabo-verdianos no processo da libertação da Guiné impunha a necessidade de unidade no projeto de Amílcar Cabral” como condição indispensável. Contrário a isso, não se teria “como justificar a presença dos cabo-verdianos”, incluso “a do próprio Amílcar Cabral, como aliado dos guineenses” na luta anticolonial. E, na verdade, o vínculo histórico e a coesão entre os guineenses e cabo-verdianos não se sustentava apenas “em experiências positivas entre os dois povos”. Para além disso, as propostas de unidade não tinham partido em primeira mão dos guineenses. De fato, se tivesse partido primeiro do lado dos guineenses, sendo a parte mais vitimada pela colonização, a proposta teria sido recebida com menos desconfianças. “Por outro lado, mesmo em nome da unidade, revela-se” uma dada predominância dos cabo-verdianos “como os escolhidos para dirigir a luta ao lado dos guineenses” (NDJAI, 2012, p. 48).

Portanto, não obstante a situação idêntica da opressão colonial, não se pode negar que as distintas condições sociopolítico construídas entre Guiné e Cabo Verde ao longo do período colonial eram fontes dos conflitos potenciais que estavam por baixo da proposta da unidade defendida por Amílcar Cabral. E, sendo assim, face aos guineenses que apoiavam a proposta “unitárias de Amílcar Cabral, a participação cabo-verdiana” tinha passado a ser exigida de modo “sutil e velada” o período todo, “pelos seus esforços na tentativa também de dissipar na prática essas desconfianças”. Daí resulta a fraqueza do projeto da unidade de Amílcar Cabral (NDJAI, 2012, p. 48).

Para Ndjai a fraqueza da projeto de Amílcar Cabral estava ligada a dois aspetos importantes e íntimos ao processo de libertação de Guiné e Cabo Verde:

1 – Por ser mais bem preparada em termos da educação, a vanguarda política foi toda ela assumida por cabo-verdianos.

2 – As tarefas revolucionárias impunham disciplina política e centralização que conferiam todo poder de decisão e de direção a essa pequena elite do partido (NDJAI, 2012, p. 48-49).

Embora tenha apontado atrás que a minha análise em relação à questão da unidade de Guiné e Cabo Verde não vai para além do quadro da luta anticolonial, é interessante destacar que essa questão, na luta pela independência dos dois territórios, atualmente aparece como disputa nos debates teóricos e políticos, em que cada um atribui ao outro a responsabilidade pelo fracasso e pela ruptura da coesão entre os dois países. Muitas das vezes Amílcar Cabral é apontado como culpado, e supostamente como proporcionador de situações (em que os caboverdianos eram vistos na luta como privilegiados na direção do partido, e na condução do destino da nação pós-independente) que vieram a desembocar em sentimentos de ódio dos guineenses contra os caboverdianos ou dos caboverdianos contra os guineenses. Mesmo assim, ainda é possível perceber na memória social de ambos os povos os ecos dos momentos em que os dois países estavam unidos na luta pela independência.

Prosseguindo ainda com a contribuição de Ndjai em relação à problemática da unidade de Guiné e Cabo Verde, é importante destacar que segundo ele o problema da unidade não era um assunto particularmente de Amílcar Cabral e nem da sua invenção. Mas, era um no meio de “vários temas do pensamento político africano”, ao longo e após o período das independências. Portanto, “olhando para o contexto político africano” daquele tempo, “seria possível sugerir que o discurso de unidade de Amílcar Cabral” estava só a dar apoio a “um ponto de vista geralmente aceite no seu tempo” (SKINNER apud NDJAI, 2012, p. 49). Assim, Yves Benot (1981) chama a atenção de que, se a teoria da unidade africana surgia vinculada ao nome de Kwame Nkrumah, líder nacionalista e primeiro presidente do Gana, o certo é que este tema não era da sua criação e

Nem sequer de qualquer outro dirigente ou pensador africano, uma vez que o pan-africanismo – de que Nkrumah e outros ideólogos anglófonos continuaram a reclamar-se, enquanto os dirigentes e ideólogos francófonos preferiram sempre falar de unidade africana – começou por ser elaborado «do exterior» por intelectuais antilhanos os americanos. (BENOT, 1981, v.1, p. 195).

Benot observa também que

ao longo da luta, ia-se tornando evidente a seguinte verdade prática: o êxito exigia a reunião das forças vivas dos países colonizados numa organização política largamente dominante (foi o caso do Convention People's Party do Ghana) e até única (foi, em vésperas da independência, o caso do Parti Démocratique de Guiné). Exigia igualmente a unidade sindical. Não havendo luta armada, nem por isso se sentia menos a necessidade de uma disciplina política equivalente à de um exército. Conquistada a independência, tornava-se ainda necessário preservá-la contra grande número de ameaças: a unidade continuava, assim a ser necessária (BENOT, 1981, v.1, p. 12).

Portanto as observações de Benot revelam que a unidade não era algo necessária apenas aos momentos da luta para as independências dos países africanos. Mesmo que estes países tivessem conquistado suas independências tal como aconteceu, por estes, a unidade seria sempre algo indispensável.

3.1.2 Luta



Ilustração 4. Guerrilheiros do PAIGC em formatura¹

O que significa a luta no pensamento de Amílcar Cabral? Na sua abordagem o conceito luta recebeu menos formulação teórica. É definida por ele como “uma condição normal de todos os seres no mundo. Todos estão em luta, todos lutam” (CABRAL, 1974, v.1, p. 120). Para sustentar esta definição, Amílcar Cabral recorreu ao uso de metáfora na sua explicação. A título exemplificativo:

vocês estão sentados em cadeiras, eu estou sentada nesta cadeira, o meu corpo todo está a fazer uma força sobre o soalho através do banco que está em cima dele, mas se o soalho não tivesse força suficiente para me aguentar, eu ia para baixo, furava o soalho e se debaixo do soalho não houvesse uma força, continuava a furar, e por aí fora. Portanto há aqui uma luta silenciosa entre a força que eu exerço sobre o soalho e a força do solo que mantém em cima, que não me deixa passar. (CABRAL, 1974, v.1, p. 120).

¹ PT FMS DAC 05222.000.256 .

Traduzindo o exemplo citado acima para a situação concreta da Guiné e de Cabo Verde, “a luta é da seguinte forma”, diz Amílcar Cabral:

os colonialistas portugueses ocuparam a nossa terra, como estrangeiros [...], exerceram uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Força que fez com eles tomassem o nosso destino nas suas mãos, que fez com que parassem a nossa história para ficarmos ligados à história de Portugal (CABRAL, 1974, v.1, p. 120-121).

E, em consequência disso, tinham passado a exercer tanto na Guiné, quanto em Cabo Verde uma pressão, “quer dizer, uma força colonial”. Em oposição a esta, tinha havido, em todo tempo, a resistência de uma força contrária feita em diversos sentidos (CABRAL, 1974, v.1, p. 121).

Prosseguindo ainda na análise do texto, Amílcar Cabral afirma que a luta tinha surgido com a criação do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), “uma força nova que se opôs à força colonialista”. Para ele, a questão era saber, na prática, se aquela força unida do povo podia vencer a do colonialista (CABRAL, 1974, v.1, p. 120-121).

Estas palavras não deixam de revelar que as formulações de Amílcar Cabral dos dois conceitos: unidade e luta, em análise, não são nada mais que uma teoria elaborada por ele para orientar uma ação.

Ora, “tomadas em conjunto”, segundo Amílcar Cabral,

unidade e luta significa que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. [...]. O significado da nossa luta não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos: Unidade e Luta. Unidade para lutarmos contra os colonialistas e luta para realizarmos a nossa unidade [...] (CABRAL, 1974, v.1, p. 121).

Seguindo a lógica do trecho do discurso de Amílcar Cabral, citado no parágrafo acima, percebe-se que os dois termos, unidade e luta, denotam uma relação de dependência em que ambos estão em função um do outro. Nesse caso, percebe-se também que a unidade, depois da sua realização, deveria ser usada na luta anticolonial, e, do mesmo modo, devia-se usar a luta para realização da unidade no plano interno, quer dizer, em torno do PAIGC.

3.2 A cultura para Amílcar Cabral

O texto escolhido para análise neste ponto, é aquele intitulado O papel da cultura na luta pela independência, apresentado por Amílcar Cabral na qualidade de Secretário-geral do PAIGC, na reunião de peritos sobre as noções de raça, identidade e dignidade, realizada em Paris pela UNESCO em Julho de 1972.

Neste, Amílcar Cabral nas suas palavras introdutórias, propunha perante a UNESCO que “o combate pela libertação e progresso do povo” era ou devia ser “um estudo permanente nos campos da educação, da ciência e da cultura” (CABRAL, 1974, v.1, p. 234).

Não nos interessa aqui fazer uma análise da caracterização que Amílcar Cabral fez do imperialismo. É certo que era inconcebível discutir os conceitos, como o da cultura, criados num contexto em que o mundo era marcado pelo domínio imperialista.

Segundo Amílcar Cabral, o interesse do homem pelo conhecimento de outros homens e de outras sociedades se deu no quadro do domínio imperialista. “Uma quantidade sem precedentes de informações, hipóteses e teorias” tinham-se acumulado particularmente “nos domínios da história, da etnologia, da etnografia, da sociologia e da cultura”, ligadas “aos povos ou grupos humanos submetidos ao domínio imperialista”. Assim “os conceitos de raça, casta, etnia, tribo, nação, cultura, identidade, dignidade e tantos outros”, tinham-se tornado “alvo de uma atenção crescente por parte” dos estudiosos do homem e das “sociedades ditas ‘primitivas’ ou em evolução”. Mas com o desenvolvimento da luta pela libertação, que era a negação do jugo colonial imperialista, tinha surgido “a necessidade de analisar e conhecer características dessas sociedades em função da luta e determinar os fatores que” tinham provocado essa luta, influenciando positiva ou negativamente sobre sua evolução. Portanto, admite-se que qualquer tentativa que visa tornar claro o verdadeiro “papel da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação” podia ser uma contribuição “para a luta geral dos povos contra o domínio imperialista” (CABRAL, 1974, v.1, p. 235-236).

O texto em análise é dividido em três partes: na primeira parte, Amílcar Cabral aborda o conceito da cultura; na segunda, trata da identidade; e na terceira e última, fala sobre o papel da cultura no movimento de independência. Na sua abordagem sobre a cultura, Cabral afirmou que:

O fato de os movimentos de independência serem em gerais marcados, logo na sua fase inicial, por surto de manifestações de carácter cultural, fez admitir que esses movimentos são precedidos por um «renascimento

cultural» do povo dominado. Vai-se mesmo longe, admitindo que a cultura é um método de mobilização de grupo e até uma arma na luta pela independência (CABRAL, 1974, v. 1, p. 236).

Segundo Amílcar Cabral, “a prática do domínio imperialista”, exigia “como factor de segurança, a opressão cultural e a tentativa de liquidação”, direta ou indiretamente, “dos dados essenciais da cultura do povo dominado”. Mas este apenas “pode criar e desenvolver o movimento de libertação por guardar bem viva a sua cultura”, não obstante a “repressão permanente e organizada da sua vida cultural; porque, anulada a sua resistência político-militar, continuar a resistir culturalmente” (CABRAL, 1974, v. 1, p. 236).

Cabral defendeu que o período de colonização não tinha sido suficiente para permitir em África “uma destruição ou uma depreciação significativa dos elementos essenciais da cultura e das tradições” do povo sob ao regime de colonização. “A experiência colonial do domínio imperialista em África” revelava que a única resposta “pretensamente positiva encontrada pelo” poder colonial para “negar a resistência cultural do povo colonizado” era “a assimilação”. Mas o insucesso da política de “assimilação progressiva” das populações nativas provava evidentemente a “falsidade desta teoria como da capacidade de resistência” dos povos subjugados “a uma tentativa de destruição ou depreciação do seu património cultural (CABRAL, 1974, v. 1, p. 236).

Portanto, constatava-se, segundo Amílcar Cabral

que as grandes massas rurais, assim como uma fracção importante da população urbana, num total de mais 99 por cento da população indígena, permanecem livres, ou quase, de qualquer influência cultural da potência colonial. Esta situação é originada, por um lado, pelo carácter necessariamente obscurantista do domínio imperialista que, desprezando e reprimindo a cultura do povo dominado, não tem qualquer interesse em promover a aculturação das massas populares, fonte de mão-de-obra para trabalhos forçados e principal alvo de exploração; por outro lado, a eficácia da resistência dessas massas que, submetidas ao domínio político e a exploração econômica, encontram na sua própria cultura o único reduto susceptível de preservar a sua identidade. (CABRAL, 1974, v.1, p. 237).

Cabral defendeu também que para uma avaliação correta “do verdadeiro papel da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação” era necessário “fazer a distinção entre a situação das massas populares, que preservam a sua cultura”, e das classes sociais

mais ou menos assimiladas, desenraizadas e culturalmente alienadas ou simplesmente desprovidas de qualquer elemento nativo no processo da sua formação cultural. Ao contrário do que se verifica com as massas culturais, as elites coloniais autóctones, forjadas pelo processo de colonização, apesar de serem portadoras de um certo número de elementos culturais próprios da

sociedade autóctone, vivem material e espiritualmente a cultura do estrangeiro colonialista, com o qual procuram identificar-se progressivamente, quer no comportamento social, quer na própria apreciação dos valores indígenas (CABRAL, 1974, v. 1, p. 237).

Estas palavras não deixam de revelar a contradição cultural a que o colonizado vivia permanentemente, a tentativa de ser igual ao estrangeiro, mas que nunca chegou a ser. A colonização foi tão violenta ao ponto de levar o colonizado a perda de suas referências culturais e negação de si mesma, inculcando nele os valores alheios a sua própria cultura. Esse tipo de comportamento era muito visível nas elites coloniais nativas.

Assim, disse Amílcar Cabral que “ao longo de mais duas gerações de colonizados”, formava-se “uma camada social constituída por funcionários do Estado e por empregados” de diferentes ramos da economia, bem como “por membros das profissões liberais e por alguns proprietários urbanos e agrícolas”. Essa

nova classe – pequena burguesia autóctone – forjada pelo domínio estrangeiro e indispensável ao sistema de exploração colonial, situa-se entre as massas populares trabalhadoras do campo e dos centros urbanos e a minoria de representantes locais da classe dominante estrangeira. Ainda que possa ter relações mais ou menos desenvolvidas com massas populares ou com os chefes tradicionais, aspira, em geral, a um estilo de vida semelhante, senão idêntico, ao da minoria estrangeira; simultaneamente, enquanto limita as suas relações com as massas, tenta integrar-se nessa minoria, ainda que muitas vezes em detrimento dos laços familiares ou étnicos e sempre graças a esforços individuais. Mas não chega, quaisquer que sejam as acepções aparentes, a franquear as barreiras impostas pelo sistema: está prisioneira das contradições da realidade cultural e social em que vive, porque não pode fugir, [...], à sua condição de classe marginal [...] tanto localmente como no seio das diásporas implantadas na metrópole colonialista [...]. (CABRAL, 1974, v. 1, p. 237-238).

Segundo Cabral, era no contexto desse drama do dia a dia, “da confrontação violenta entre as massas populares e a classe colonial dominante”, que surgia e desenvolvia-se “na pequena burguesia indígena um sentimento de amargura ou um complexo de frustração” e, lado a lado, “uma necessidade urgente”, de que ela aos poucos tomava “consciência, de contestar a sua marginalidade e de descobrir uma identidade”. Em consequência do “fracasso da tentativa da identificação com a classe dominante estrangeira”, para qual era impelida “tanto pelos elementos essenciais da sua formação cultural” como pelos seus desejos sociais, “esta necessidade de libertação do complexo de frustração e da marginalidade” levava a pequena burguesia nativa ao retorno ao outro lado do conflito sociocultural no seio do qual vivia as massas da população indígena, buscando assim uma identidade (CABRAL 1974, v.1, p. 238).

A segunda parte do texto trata-se sobre a identidade. Nesta parte, Amílcar Cabral defendeu que o principal problema do movimento de libertação (o da identificação de uma parcela da pequena burguesia autóctone com as massas populares), pressupunha “uma condição essencial: que, *contra a acção destrutiva do domínio imperialista, as massas populares preservem a sua identidade*, diferente e distinta da da potência colonial.” (CABRAL, 1974, v.1, p. 239).

Assim, “a identidade de um indivíduo ou de um determinado grupo humano” é definido por Amílcar Cabral como uma qualidade biossociológica, “independente da vontade desse indivíduo ou desse grupo, mas que só tem significado ao ser expressa em relação a outros indivíduos ou outros grupos humanos”. A sua natureza dialética “reside no fato de que ela identifica e distingue”, porque um indivíduo assim como um agrupamento humano são semelhantes a certos indivíduos ou agrupamentos humanos. Portanto, a definição de uma identidade, seja ela individual ou coletiva, é ao mesmo tempo, “a afirmação e a negação” de um dado número de “características que definem indivíduos ou coletividades em função de coordenadas históricas (biológicas e sociológicas)”, em determinado “momento da sua evolução”. De fato, a identidade não é uma qualidade porque os “dados biológicos e sociológicos que a definem estão” em contínua evolução (CABRAL, 1974, v.1, p. 240).

Portanto, é necessário observar que “o binômio fundamental da definição da identidade, o sociológico é bem mais determinante do que o biológico”. De fato, se é certo que o elemento biológico “é a base material indispensável à existência e à continuidade evolutiva da identidade”, não deixa de ser um fato que “o elemento sociológico é” o fator que, atribuindo-lhe “um conteúdo e uma forma, imprime significado objetivo a essa qualidade”, tornando possível “a confrontação ou a comparação entre indivíduos ou entre grupos de indivíduos”. Assim, para uma definição total da identidade, “a caracterização do elemento biológico é” imprescindível, “mas não implica uma identificação no plano sociológico”, ao passo que “dois seres ou mais, sociologicamente idênticos, tem” essencialmente “uma identidade semelhante no plano biológico” (CABRAL, 1974, v.1, p. 240).

A terceira última parte do texto fala do papel da cultura no movimento de independência. Ali, Amílcar Cabral defendeu também que, para uma análise correta do papel da cultura no movimento da libertação, exigia-se a realização de uma nítida “distinção entre cultura e manifestações culturais”. Para isso, Cabral definiu a cultura como: “a síntese dinâmica, ao nível da consciência” do indivíduo ou da coletividade, “da realidade histórica, material e espiritual, duma sociedade ou dum grupo humano, das relações existentes entre homem e natureza, como entre homens” e as classes sociais. “As manifestações culturais” são nada

mais que: “as diferentes formas pelas quais esta síntese se exprime”, de forma individual ou coletiva, em cada estágio “da evolução da sociedade ou do grupo humano em questão” (CABRAL, 1974, v.1, p. 244).

Para Amílcar Cabral, a “cultura” era a “verdadeira base do movimento de libertação”, e as “únicas sociedades” que podiam se mobilizar e se organizar e lutar contra o jugo colonial estrangeiro eram as que preservavam sua cultura. Este, independente das características ideológicas da sua expressão, era um elemento indispensável do processo histórico. E compreendia-se desse modo que, “sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico” da sociedade subjugada, era “necessariamente a negação do seu processo cultural”. Da mesma forma “e porque uma sociedade que liberta verdadeiramente” do domínio estrangeiro “retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura”, sendo assim, a luta de libertação era antes de mais um “acto de cultura” (CABRAL, 1974, v.1, p. 244).

Para Amílcar Cabral luta de libertação era também, um fato necessariamente político. Por conseguinte, apenas podiam ser utilizados métodos políticos no decurso do seu desenvolvimento.² A cultura era mais de que uma arma ou um método de mobilização de um grupo contra o jugo estrangeiro, porque era no conhecimento da realidade local, particularmente da realidade cultural, que se fundamentava “a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos” convenientes para a luta. Daí vinha também a questão de o movimento de libertação dar uma importância fundamental não apenas às características gerais da sociedade dominada, mas também às de cada classe social (CABRAL, 1974, v.1, p. 244).

Amílcar Cabral chamou atenção de que, para uma análise do papel da cultura no movimento de libertação, era conveniente lembrar que “a cultura resultante e determinante da história”, contém elementos: “essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos, fatores de progresso e de estagnação”(CABRAL, 1974, v. 1, p. 245). É importante destacar que tais elementos, na sua maioria, carregam expressões do tipo dualista porque nelas denotam contradições. Disse ainda Amílcar Cabral que:

Seja qual for a complexidade desse panorama cultural, o movimento de libertação tem necessidade de nele localizar e definir os dados contraditórios para preservar os valores positivos, efectuar a confluência desses valores no sentido da luta e no âmbito de uma nova dimensão – a *dimensão nacional* (CABRAL, 1974, v.1, p. 245).

² Os métodos políticos a que Amílcar Cabral refere, eram o uso da violência contra a violência armada do jugo imperialista (CABRAL, 1974, v.1, p. 245).

Em suma, isso implica dizer a eliminação dos dados contraditórios elegendos os positivos. A expressão “definir os dados contraditórios para preservar os valores positivos, efectuar a *confluência* desses valores [...] no âmbito de uma nova dimensão – a *dimensão nacional*” (CABRAL, 1974, v.1, p. 245, grifos no original) nos leva a pensar que provavelmente a nação, pela qual os valores positivos da cultura deveriam ser efetuados suas confluências no quadro macro (nacional), era uma nação que seria construída após a tomada da independência tal como era projetada por Amílcar Cabral, uma vez que não se falava ainda da nação no período de luta anticolonial.

Assim, segundo Amílcar Cabral, a luta exigia também, entre outros elementos, a eliminação “progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal”, a negação “das regras e dos tabus sociais e religiosos” que não condiziam com “o carácter *racional* e nacional do movimento de libertação” (CABRAL, 1974, v.1, p. 245). E “a dinâmica da luta” exigia do mesmo modo “a prática da democracia, da crítica e da autocrítica, a participação crescente da população na gestão de suas vidas, a alfabetização”, entre outras demandas. Demonstrava-se que a luta de libertação não era só um “facto cultural”, era também um “*factor de cultura*” (CABRAL, 1974, v.1, p. 245, grifos no original).

Assim, Cabral concluiu que para análise certa do papel da cultura no movimento de libertação, exigia-se que esta fosse considerada quer no plano global, quer no âmbito de suas relações internas com os fatores que a definem; que não se fizesse “a recusa ou a aceitação cega dos valores culturais” sem tomar em conta o que pode haver de “negativo, reacionário ou regressivo” neles. Tais eram tanto as condições necessárias para que a cultura desempenhasse necessariamente o papel que lhe cabia no movimento de libertação, “quanto forem claros os objetivos definidos por este na via da conquista do direito do povo”, que representava e dirigia, “a ter a sua própria história” e dispor da liberdade das suas “forças produtivas”, visando posteriormente o desenvolvimento de uma cultura mais rica, popular e nacional, científica e universal (CABRAL, 1974, v.1, p. 247).

Considerações finais

Consideramos que o mosaico étnico da atual Guiné-Bissau é, historicamente falando, o resultado de refúgios e invasões de diferentes povos. No passado era controlada pela hegemonia do reino mandinga do Gabú um Estado dependente do império do Mali, até a data em que tornou-se independente deste, no século XVI.

A presença portuguesa na atual Guiné-Bissau, por um longo período do tempo limitava-se a uns poucos centros comerciais, erguidos em Cacheu e em Bissau. Depois da Conferência de Berlim e depois da fixação de fronteiras para consolidar o domínio na Guiné portuguesa, Portugal até então não tinha concretizado uma ocupação efetiva do território. A sua perda do direito do Congo pelo Leopoldo II na Conferência de Berlim e o ultimato do primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury, que exigia de Portugal o reconhecimento dos direitos de Cecil Rhodes sobre uma parte da África Central (1890) tinham apressado os portugueses na longa e custosa conquista do seu império africano, levando os portugueses à multiplicação sem sucessos das expedições contra as populações litorâneas iniciadas em 1897 e que seguiram até 1906. A isso se seguiu a chamada “campanha de pacificação” que enfrentou duras e sentidas resistências de diversas etnias da atual Guiné-Bissau, ocorrida de 1913 a 1936. Foram eventos de natureza brutal, tendo como saldo violências físicas, psicológicas, assassinatos e outras violências. Doravante se podia falar da consolidação de domínio colonial português na atual Guiné-Bissau, reforçado por medidas legais e brutais, corporificadas na implantação do regime do indigenato.

As reivindicações nacionalistas que visavam a subversão da conjuntura da colonização portuguesa tardia e pouco duradoura na antiga Guiné portuguesa, em certa medida estão intrínsecos ao retorno de Amílcar Cabral à Guiné, em 1952. O envolvimento de Amílcar Cabral na atividade nacionalista durante e depois da sua estada na Guiné portuguesa contribuiu no desenvolvimento e no sucesso da luta armada que teve o seu início em 1963, e seu fim em 1973, dirigida pelo PAIGC sob a sua liderança e orientação teórica, política e diplomática. Mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis arquitetadas pela força inimiga com vistas a pôr em causa o sucesso da luta armada para a independência dos dois territórios (Guiné e Cabo Verde), Amílcar Cabral soube fazer uso do seu conhecimento teórico, elaborando conceitos como os de unidade e luta, que de certa forma vincularam as discrepâncias de natureza social e política que existiam entre guineenses e cabo-verdianos em torno de um único objetivo, a conquista da independência. Da mesma forma soube também,

ressignificar o conceito da cultura, dando-lhe o novo conteúdo que não era nada mais que a justificação da luta armada.

Para Amílcar Cabral, a luta de libertação era fato de cultura, porque da mudança cultural decorria a obtenção das condições políticas e militares que tornariam a vitória possível, e porque a independência política sem uma transformação cultural correspondente conduziria certamente a uma sociedade dividida internamente e frágil diante das pressões neocoloniais. Mas era, ao mesmo tempo, um fator de cultura, porque a mudança cultural necessária não acontecia espontaneamente, mas só podia ocorrer no quadro da luta de libertação sob a direção de um partido que lhe desse sentido e direcionamento político.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Leopoldo. **Da embriologia nacionalista à guerra de libertação na Guiné-Bissau.** Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/daembriologianacionalista.htm>. Visitado em 15 mar. 2016.

AMADO, Leopoldo. **Simbologia de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné-Bissau.** Disponível em: <http://blogueforanada.blogspot.com.br/2006/02/guine-6374-dlxxxvi-simbologia-de.html>. Visitado em: 15 mar. 2016.

AMADO, Leopoldo. **Um trabalho de excelência:** entrevista do jornal o democrata ao Professor Doutor Leopoldo Amado. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/UMTRABALHODEEXCELENCIAENTREVISTADOJORNALODEMOCRATAAOPROFESSORDOUTORLEOPOLDOAMADO.htm>. Visitado em: 15 mar. 2016.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro:** nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências Africanas.** Sá da Costa Editora, 1981. v. 1.

BOAHEN ADU, Albert; GUEYE, M'Baye. Iniciativas e resistências africanas na África ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935.** 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VII).

BOAHEN ADU, Albert. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935.** 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VII).

BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra.** São Paulo: Perspectiva, 2006. (Khronos, 6).

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria.** Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1: Unidade e luta.

CABRAL, Iva. Apontamento para uma biografia. In: FUNDAÇÃO Mário Soares. **Dossier Amílcar Cabral.** Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier01/AmilcarCabral.pdf>. Visitado em: 12 jan. 2015.

CANALE-SURET, Jean; BOAHEN ADU. A. A África ocidental portuguesa: a Guiné Bissau e as ilhas do cabo verde. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VIII).

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/13102014095742.pdf>. Visitado em: 20 jul. 2014.

CISSOKO MODY, Sekene. Os songhai do século XII ao XVI. In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). **África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, IV).

CORDEIRO SOUSA, Robertto; DIAS, Altieri. **Resistências africanas ao domínio colonial português: um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné Portuguesa**. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/Resistenciasafricanasaodominicolonialportugues.pdf>. Visitado em: 14/01/2014.

DIAS, Costa Eduardo. Regulado do Gabú (1900-1930): a difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais a reorganização do espaço colonial. **Africana Studia**, n. 9, 2006, Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09_099.pdf. Visitado em: 14 jul.2014.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos), Universidade do Porto, Porto 2007. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/tesemestguinebissau000069335.pdf>. Visitado em: 17 mai.2014.

FIGUEIREDO BAQUEIRO, Fábio. Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o departamento de Estado norte-americano e os movimentos nacionalistas angolanos, 1960-1961. **Afro-Ásia**, n. 38, 2008, p. 87-139. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia38_pp87_139_baqueiro.pdf. Visitado em 12 de fev. 2016.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10122009-104800>.

FRANCO, Paulo Fernando. Elites africanas: a prática social e política de Amílcar Cabral (1945-1973). In: ENCONTRO Estadual de História da ANPUH-SP, 22., 2014, Santos. **Anais**

eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Santos: ANPUH-SP, 2012. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406597990_ARQUIVO_Textocompleto_Elitesafricanas_ApraticasocialepoliticadeAmilcarCabral_19451973_PauloF.C.Franco.pdf. Visitado em: 13 jul. 2014.

GOUVEIA, José. **Guiné-Bissau: da colônia a independência.** [s.l.: s.n., s.d.]. Livro não publicado. Disponível em: <http://www.cart1525.com/gouveia/movimento.pdf>. Visitado em: 15 ago. 2014.

GUINÉ-Bissau: mapa político. In: **GUIA geográfico.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm>. Acessado em: 29 out. 2015.

HANDEM LIMA, Diana. A luta de libertação e formação da nação guineense. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África.** Bissau: INEP, 1989, p. 267-280.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Instituto Nacional de Estatística Guiné-Bissau (INE). **[site internet].** Bissau: Ministério da Economia e Finanças, [s.d.]. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com>. Visitado em: 23 ago. 2015.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VIII).

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal.** Bissau: INEP, 2001. (kacu martel, ciências sociais, 14).

LARANJEIRO, Catarina. **Amílcar Cabral: o que foi e o que dele faremos.** Mestres Do Mundo. Trabalho final do Seminário Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva, Fevereiro de 2014. Disponível em: http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/Mestres_do_Mundo_Amilcar_Cabral2.pdf. Visitado em: 14 jan. 2014.

LOPES, Carlos. **Transição histórica na Guiné-Bissau.** Lisboa: INEP, 1987. (kacu martel, 2).

LOPES, Carlos. Amílcar Cabral: uma vida inspiradora. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral.** São Paulo: Unesp, 2012.

LOPES, Carlos. O legado de Amílcar Cabral diante dos desafios da ética contemporânea. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2012.

LY-TALL, Madina. O declínio do Império do Mali. In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). **África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, IV).

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009-2011.

MACHEL, Samora. **Falar de Amílcar Cabral é falar da luta do povo**. Rio de Janeiro: SINBA, 1983. Publicado originalmente por Lisboa: Afrontamento, 1974.

MAZRUI, A. Ali. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VIII).

MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva; natureza da dominação colonial portuguesa. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2012.

NDJAI, Tchernó. **O pensamento político de Amílcar Cabral: teoria e prática em momentos decisivos na libertação da Guiné-Bissau 1959-1969**. Tese ou dissertação (Mestrado ou doutorado em Sociologia/História/Ciência Política), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4769_.pdf. Visitado em: 15 jul. 2014.

NEVES, José. Marxismo, anticolonialismo e nacionalismo: Amílcar Cabral, a imaginação “a partir de baixo”. In: COLÓQUIO Internacional Marx e Engels, 4., Campinas, 1999. **Anais**. Campinas: Cemarx, 1999. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m1c1.PDF>. Visitado em: 17 dez. 2014.

NIANE TAMSIR, Djibril. O Mali e a segunda expansão manden. In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). **África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, IV).

PARTIDO Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). **História: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde**. Paris: [s.n.], 1974.

PARTIDO Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). **Manual político**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/ano/paicg/01.htm>. Visitado em: 25/06/2015.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné**. Portugueses e africanos na Senegâmbia, 1841-1936. 2. ed.. Rio de Janeiro: Estampa, 2001. v. 1.

PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países**: Guiné-Bissau-Cabo Verde. Lisboa: Notícias, 2003.

PEREIRA, José Augusto. Unidade: força-motriz e fator de desagregação na luta pela independência da Guiné e Cabo Verde (1959-1975). In: COLÓQUIO Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência, Lisboa, 2012. [Atas]. Lisboa: ICT; ISCSP-UTL, 2012. Disponível em: <https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/josc3a9-augusto-final.pdf>. Visitado em: 12 ago. 2014.

PERSON, Yves. Estados e povos da Senegâmbia e da Alta Guiné. In: AJAYI, J. F. Ade. **África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VI).

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VII).

RUDEBERCK, Lars. Uma interpretação das teorias de Cabral sobre a democracia. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África**: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Unesp, 2012.

SCHWARZ, Carlos. **Amílcar Cabral um agrônomo antes do seu tempo**. Novembro, 2012. Disponível em: www.adbissau.org/wp-content/uploads/2013/01/AMILCAR-CABRAL-final. Visitado em: 12 jan. 2015.

SILVA DUARTE E., Antônio. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 9-10, 2006. Disponível em: <https://cea.revues.org/1236>. Visitado em: 15 abr. 2015.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral**: vida e morte de um revolucionário africano, 1924-1973. Lisboa: Vega, 2011.

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias**: uma biografia de Amílcar Cabral. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

UZOIGWE, N. Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VII).

VILLEN, Patrícia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo**: entre a harmonia e a contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, v. xix, n. 77-78-79, 1983, p. 1131-1155. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf. Visitado em: 12 jan. 2015.

Fontes

Portugal (PT), Fundação Mário Soares (FMS), Documentos Amílcar Cabral (DAC)

- 04602.130 Amílcar Cabral: o homem e a sua obra. Edição dos Serviços Culturais do Conselho Superior da Luta (Ideologia), jul. 1973. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.130#!2>. Visitado em: 2 jun. 2015.
- 05222.000.256 Combatentes do PAIGC em formatura, 1963-1973. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05222.000.256>. Visitado em: 13 abr. 2016.
- 05222.000.255 Combatente do PAIGC durante treino de tiro, 1963-1973. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05222.000.255>. Visitado em: 13 abr. 2016.
- 05345.002.026 Retrato de Amílcar Cabral por Bruna Polimeni, Boké, 1971. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05345.002.026>. Visitado em: 13 abr. 2016.